

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

ESCOLA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS E DE INVESTIGAÇÃO

**CRENÇAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS
ADOLESCENTES SOBRE A VIOLÊNCIA
INTERPESSOAL**

Lúcia Maria Gonçalves da Silva Machado

Porto, Janeiro de 2010

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

ESCOLA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS E DE INVESTIGAÇÃO

**CRENÇAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS
ADOLESCENTES SOBRE A VIOLÊNCIA
INTERPESSOAL**

Lúcia Maria Gonçalves da Silva Machado

Porto, Janeiro de 2010

CRENÇAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ADOLESCENTES SOBRE A VIOLÊNCIA INTERPESSOAL

Dissertação Apresentada à Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre
em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária sob
orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani.

Agradecimentos

Este espaço é dedicado àqueles que deram a sua contribuição para que esta dissertação fosse realizada. A todos eles deixo aqui o meu agradecimento sincero.

Agradeço particularmente:

À Professora Doutora Ana Isabel Sani por me ter orientado neste trabalho e pela exigência e rigor científico que me impôs ao longo de todo o trabalho.

À Doutora Madalena Sofia por me ter ajudado na recolha da amostra e por toda a disponibilidade que demonstrou.

À Direcção da Universidade Fernando Pessoa por terem acedido ao meu pedido de prolongamento do prazo de entrega deste trabalho. Bem como à Dr.^a Melanie por toda a simpatia que demonstrou.

À Direcção Regional de Educação do Norte, por autorizar a recolha da amostra para a elaboração deste estudo.

À Direcção de todas as escolas que permitiram a recolha de dados e por toda a colaboração demonstrada.

A todos os adolescentes estudantes que aceitarem participar neste estudo e sem os quais a realização deste estudo não teria sido possível.

Ao meu marido José Manuel por me ter ajudado na introdução dos dados no SPSS e pelo apoio incondicional.

Aos meus pais e irmã por todo o apoio e incentivo.

RESUMO

Este trabalho principia com um capítulo teórico, no qual se aborda o conceito, as tipologias de violência, a distinção entre violência e agressividade e violência versus crime, sucedendo-se uma revisão bibliográfica sobre as crenças dos adolescentes sobre a violência interpessoal. Este capítulo termina com uma abordagem a estudos sobre crenças de adolescentes sobre a violência.

Para melhor compreender a problemática das crenças dos adolescentes sobre a violência interpessoal, na população portuguesa, realizamos um estudo empírico. O mesmo foi composto por uma amostra de 522 estudantes do ensino secundário da Zona Norte (Porto, Bragança, Vila Real, Aveiro e Viana do Castelo), de ambos os géneros e com idades entre os 15 e os 19 anos. A recolha dos dados quantitativos foi realizada através do instrumento Escala de Crenças da Criança sobre a Violência de Sani (2003).

Os resultados obtidos vão essencialmente de encontro aos dados da revisão bibliográfica realizada, na medida em que a maioria dos sujeitos justificam os seus actos violentos em determinantes individuais (a afirmação: “o álcool é o responsável pela violência das Pessoas” tem um nível de concordância de 81.2%), determinantes socioculturais (a afirmação: “Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo” tem um nível de concordância de 74.3%) e determinantes etiológicas (a afirmação “A violência tem a ver com o poder exercer controlo” tem um nível de concordância de 67.9%). No entanto as determinantes socioculturais foram as que apresentaram maior nível de discordância, como se pode verificar nas seguintes afirmações: “ As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência” com um nível de discordância de 93.7%; “Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres” com um nível de discordância de 90.6% e “ As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas “ com um nível de discordância de 91.4%.

Os resultados revelam ainda a existência de diferenças estatisticamente significativas para o valor total da ECCV e nos factores relativos aos determinantes socioculturais, individuais e educativas em função do género e níveis etários

ABSTRACT

This work begins with a theoretical chapter, which addresses the concept, the violence typologies, the distinction between violence and aggressiveness and violence versus crime, followed by literature review about the adolescents' beliefs on the interpersonal violence. This chapter ends with an approach to studies about adolescents' beliefs on the violence.

For best to understand the problem of the adolescents' beliefs on the interpersonal violence, in the Portuguese population, we accomplished an empiric study. The same was composed by a sample of 522 secondary school students of the North Area (Porto, Bragança, Vila Real, Aveiro and Viana do Castelo), of both gender and aged between 15 and the 19 years. The collection of quantitative data was performed using the instrument Escala de Crenças da Criança sobre Violência by Sani (2003).

The obtained results are going essentially from encounter to the data from the literature review, in the measure in that most of the subjects justifies their violent acts in individual decisive (the statement: "the alcohol is the responsible for the violence of the People" has a level of agreement of 81.2%), decisive sociocultural (the statement: "For a person to hurt another has there to be a reason" has a level of agreement of 74.3%) and decisive etiological (the statement "the violence has to do with the power exercise control" has a level of agreement of 67.9%). But however the decisive ones sociocultural they were the ones that presented larger disagreement level, as she can verify in the following statements: " The women are entitled different from the men and for that more it is worth to tolerate the violence" with a level of disagreement of 93.7%; " The men have more right of beating in the other ones than the women" with a level of disagreement of 90.6% and " The children are entitled different from the adults and for that more it is worth not to count that are battered " with a level of disagreement of 91.4%.

The results still reveal the existence of a statistically significative for the total value of ECCV and in the relative factors to the decisive sociocultural, individual and educational in function of the gender and age levels.

Índice

INTRODUÇÃO	1
-------------------	----------

PARTE I – ABORDAGEM TEÓRICA

1. A Violência	4
1.1. Conceito de Violência.....	4
1.2. Tipologia da Violência.....	8
1.3. Factores Associados à Violência.....	11
1.4. Violência <i>versus</i> Agressividade.....	17
1.5. Violência <i>versus</i> Crime.....	20
2. As Crenças e as Representações Sociais sobre a Violência	21
2.1. Crenças: origem e influência sobre o comportamento humano	22
2.2. Representações Sociais: origem e desenvolvimento.....	25
2.3. Adolescência e Representações Sociais sobre a Violência.....	30
2.4. Exposição à Violência: efeitos sobre valores, crenças e representações sociais ...	34
3. Estudos sobre as Crenças de Adolescentes sobre a Violência	40

PARTE II – ESTUDO EMPIRICO

4. Crenças dos adolescentes sobre a violência	44
4.1 Objectivos e variáveis	44
4.2 Método	45
4.2.1 Participantes	45
4.2.2 Instrumentos	45
4.2.3 Procedimentos	46
4.3 Apresentação dos Resultados.....	47
4.3.1 Análises descritivas	47
4.3.2 Análises diferenciais	51
4.3.3 Discussão dos Resultados	54
5. CONCLUSÃO	58
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXOS	73

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição da amostra em função da idade, género e escolaridade.....	45
Tabela 2. Crenças dos adolescentes sobre a violência.....	49
Tabela 3. Teste T <i>Student</i> para amostras independentes relativos ao total e factores da ECCV em função do género	51
Tabela 4. <i>Anova One Way</i> para testar diferença de médias no total e factores da ECCV em função da idade.....	52
Tabela 5. Teste de Scheffe segundo o factor idade para o factor 2.....	53
Tabela 6. Teste de Scheffe segundo o factor idade para o total da ECCV.....	53

INTRODUÇÃO

Todos os dias, directa ou indirectamente, somos testemunhas de actos de violência que acontecem em todo mundo. Os meios de comunicação social invadem constantemente os nossos lares com inúmeras cenas de violência – atentados bombistas, violência doméstica, abuso sexual de menores, sequestros, acções terroristas, entre muitos outros exemplos.

Somente a partir da década de 60 é que o fenómeno da violência, sob as mais diversas formas, surge como um problema social específico, apesar de a sua prática ser transversal a todos os tempos (Caridade & Machado, 2006).

A violência, enquanto acto violento e de agressão, sempre existiu, desde o início da Humanidade, materializando-se ao longo dos tempos em guerras, massacres, torturas, homicídios, entre outros. A própria história da Humanidade relata-nos fenómenos horrendos de violência por toda a parte, numa época em que se desvalorizava a dignidade do ser humano e onde as próprias crianças não eram vistas como “seres” com direitos humanos (Lemos, 2008).

A definição do conceito de violência percorreu várias décadas e a difícil tarefa de delimitação do conceito deve-se, fundamentalmente, à sua constante mutação, provocada pelo avanço cultural, pois aquilo que antes era considerado como “normal” ou “legítimo” passa a ser punível por lei (Lourenço & Lisboa 1992; Oliveira & Manita, 2003). A história da Humanidade revela-nos como a violência foi, muitas vezes, considerada como “natural” ou até como um comportamento de honra ou desafio, sendo por isso aceite ou até mesmo exaltada.

O presente estudo tem como objectivo contribuir para uma melhor compreensão das crenças dos adolescentes relativamente ao fenómeno da violência, procurando explorar as diferenças existentes ao nível das suas representações sociais face ao fenómeno da violência interpessoal.

O trabalho será organizado em duas partes, a primeira consiste na revisão teórica sobre a temática, a segunda é dedicada ao estudo empírico. A primeira parte tentará compreender o que é a violência, discriminar as suas diferentes formas de manifestação, identificar os factores de risco associados, assim como diferenciar a violência da agressividade, visto ser fundamental para uma completa apreensão deste fenómeno pois, como refere Fontinha (1996), a Sociedade violenta e a “cultura de violência” alimentam e geram a sua própria violência. A segunda parte apresentará os objectivos e variáveis, a

metodologia do estudo, nomeadamente, dos participantes, do instrumento usado e dos procedimentos adoptados na investigação, a análise dos resultados obtidos, a discussão dos mesmos e a conclusão.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A VIOLÊNCIA

1.1. Conceito de Violência

A violência é um fenómeno dinâmico que não se restringe a grupos sociais, económicos ou geográficos específicos. A sua definição é complexa e, simultaneamente, paradoxal. Sendo um fenómeno dinâmico, em constante mutação, a sua definição e delimitação corre o risco de excluir aspectos essenciais ao próprio conceito.

Podemos dizer que, hoje em dia, não existe uma “violência”, mas sim uma multiplicidade de manifestações de violência ou de actos violentos, analisados segundo normas, condições e contextos sociais variáveis ao longo da história (Waiselfisz, 2002). O facto de muitas vezes esses actos possuírem um enquadramento subtil, como acontece na violência emocional ou no abuso verbal (Duarte, 2005), faz com que o conceito de violência se torne, em certa medida, ambíguo (Waiselfisz, 2002; Duarte, 2005).

Além disso, se por um lado é possível denotar a existência de estudos que analisam o fenómeno da violência em termos de violência física, violência psicológica e violência sexual (Alexander, 1993), por outro observamos o uso dos termos “abuso” e “violência” como sinónimos. Contudo, existem estudos que estabelecem uma ténue delimitação entre estes dois termos. O termo “abuso” é preferencialmente utilizado quando se fala de crianças e de violência sexual, e o termo “violência” quando se fala em violência entre iguais (Vidal, 2008).

Sob o ponto de vista etimológico, o termo “violência” deriva do latim *violentia*, que significa carácter bravio, força (Houaiss & Villar, 2003; Climene & Buralli, 1998; Dadoun, 1998). Este termo possui um parentesco próximo, do ponto de vista semântico, com a palavra latina *vis* (força) (Ferreira, 2002). Por isso, todo o acto “violento” compreende o uso da força extrema ou de enorme intensidade (Ribeiro & Sani, 2008).

Por outro lado, o facto do termo “violência” derivar do latim *vis* (força), pressupõe que tudo aquilo que age através da força para ir contra a natureza de um ser (*desnaturar*) é violência, assim como todo o exercício da força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade do outro (*torturar, coagir, brutalizar, constranger*), todo o acto

de violação da natureza de uma pessoa ou de uma coisa valorizada positivamente por uma Sociedade, todo acto de transgressão contra coisas e acções definidas como um direito e como justas, bem como todos os actos de brutalidade, crueldade e abuso físico e/ou psicológico contra uma pessoa (Lourenço & Lisboa, 1992; Chauí, 1998, citado por Silva, Lopes & Carvalho, 2008; Rocha *et al.*, 2001; Ferreira, 2002;).

Em 1978, Domenach (1981) referiu-se à violência como sendo a utilização de uma força “aberta” ou “fechada” com a intenção de obter, por parte de um sujeito ou de um grupo de sujeitos, algo que não se consegue adquirir directamente. Por seu turno, Khan refere que o termo violência não diz somente respeito ao uso de uma força física, mas a toda uma acção, comportamento, tratamento ou costume com a intenção de ferir ou causar danos a pessoas ou bens, ou até mesmo extorquir pela força a liberdade de um sujeito (Khan, 1978, citado por Dias, 2004). Ela envolve todo um acto repleto de intenção e que procura causar dor física ou injúria noutra pessoa (Straus e Gelles & Steinmetz, 1980; Sugarman & Hotaling, 1991).

Já Strecht (2002) refere que a verdadeira violência diz respeito, fundamentalmente a todo o tipo de violação do espaço psíquico de um indivíduo e do respeito que ele merece. Neste sentido, a violência surge como uma resposta a uma ameaça dirigida à identidade do sujeito e visa a negação ou destruição da dimensão do outro como sujeito, por isso se caracteriza por um comportamento narcísico de defesa da própria identidade (Jeammet, 1985).

Segundo Fisher (1994), a violência manifesta-se através da agressão, correspondendo ao uso material da força. Porém, apesar de toda a violência recorrer à agressão com o intuito de causar danos, nem todas as situações de agressão são violentas (Anderson & Bushman, 2002).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência diz respeito ao uso intencional da força física ou poder (físico, real ou ameaça) dirigido contra si próprio, contra outro indivíduo ou contra um grupo/comunidade, que resulte em morte, ferimentos, défices de desenvolvimento, maus-tratos e/ou danos psicológicos (WHO, 2002).

Segundo Matos, Negreiros, Simões e Gaspar (2009) a violência decorre do uso da agressão, do poder, da influência física e psicológica, e de ameaças, contra um indivíduo, grupo ou comunidade, com o intuito de ferir física ou psicologicamente o

outro, manipulando-o e seduzindo-o, coagindo-o e demonstrando-lhe o seu domínio e poder.

Sá (1999), por seu turno, define a violência em termos de toda uma força intensa, que priva a vítima de algo que é sentido e representado, consciente ou inconsciente, pelo agressor e/ou pela vítima, podendo comportar uma dimensão objectiva ou subjectiva, consciente ou inconsciente, explícita, dramática, oculta, não perceptível e excessivamente lesiva. Além disso, a violência pode envolver um ou vários sujeitos, directa ou indirectamente, provocando sobre uma ou várias pessoas, danos na sua integridade física, moral, nas suas posses ou nas suas participações simbólicas e culturais, a diversos níveis de gravidade, os quais poderão derivar entre ameaças, persuasão, sedução, entre outros exemplos (Michaud, 1982), caracterizando-se por uma coacção de natureza física ou psíquica capaz de provocar o terror, o afastamento, a infelicidade, o sofrimento ou a morte de um sujeito (Héritier, s/d, citado por Alaméda, 1998).

Pichon-Rivière e Quiroga (1998) salientam que a violência, quando envolve simultaneamente diversos agressores, pode ocorrer devido uma reacção colectiva provocada por um acumular de frustrações de indivíduos que, num determinado momento, por se identificarem com o mesmo conflito adquirem a pertença.

Lourenço e Lisboa (1992) consideram que a violência deverá ser perspectivada como acto de transgressão aos sistemas de valores e normas que se reportam em cada momento (histórico e social) à integridade da pessoa, por isso, definir um acto como violento ou abusivo não constitui uma decisão objectiva, mas sim um julgamento social (Emery, 1989).

Oliveira e Manita (2003) definem a violência como sendo o *“uso intencional da força, coacção ou intimidação contra terceiros ou de toda a forma de acção intencional que, de qualquer modo, lese os direitos e as necessidades dessa pessoa”* (p. 217). Waiselfisz (2002) acrescenta que o dano produzido com recurso à coerção ou à força é dirigido a um indivíduo ou grupo social, pertencente a uma determinada classe social, género ou etnia, por isso, tudo o que anteriormente era considerado como prática habitual de regulação social passa a ser definido como violento, como é o caso da violência intrafamiliar sobre mulheres ou crianças, ou sobre outros grupos marginalizados. Desta forma, a violência passa a estar associada a situações que envolvem relações de força e abuso do poder (Silva, Lopes & Carvalho, 2008).

Visto sob outra perspectiva, podemos considerar que sempre que os direitos dos cidadãos não são respeitados, sempre que não se trate um ser humano como um sujeito mas sim como um objecto (através de uma relação assimétrica de poder, com o intuito de dominar, explorar e oprimir) e sempre que a actividade e a fala de outrem são interditas ou anuladas, ocorre violência (Odália, 1985; Fachini, 1992; Chauí, 1985, citado por Silva, Lopes & Carvalho, 2008).

De um modo geral, a violência constitui um tipo de relação social, intrinsecamente ligado à forma como os Homens produzem e reproduzem as suas condições sociais de existência (Silva, Lopes & Carvalho, 2008). Três dos aspectos comuns às mais diversas definições de violência prendem-se com as noções implícitas de severidade, frequência e intencionalidade do acto (Vale & Costa, 1994).

A violência surge, muita das vezes, como uma tentativa de controlo e domínio sobre a outra pessoa, através de actos físicos, assim como de formas de controlo/domínio, que garantem o sentido de onipotência do agressor, tais como a violência psicológica – a qual pode surgir através do isolamento, do limitar ou controlar o exercício de determinadas tarefas ou papéis, de verbalizações insultuosas, do controlo e domínio por ameaça de danos a si próprio ou a outros, intimidação, ciúme, entre outros – e a violência sexual (Levy, 1984, citado por Costa & Duarte, 2000; Wolfe, Wekerle & Scott, 1996; Coimbra, 2007; Lemos, 2008).

Para Amoretti (1992), a violência constitui o acto de violentar, isto é, de determinar um dano físico, moral ou psicológico, com recurso à força ou coacção, ao exercício da pressão ou tirania contra a vontade e a liberdade do outro.

Segundo Santos (2000), a violência diz respeito a uma qualidade desintegradora de uma relação estabelecida entre dois ou mais sistemas, quer sejam estes indivíduos, grupos ou objectos.

De entre todas as definições anteriormente descritas, a que para nós reúne especial consenso diz respeito à definição de violência elaborada por Oliveira e Manita (2003). Porém, tendo em conta a complexidade deste tema, não nos podemos cingir apenas à sua definição. Por isso, seguidamente iremos abordar a tipologia da violência, procurando caracterizar de forma sucinta cada tipo de violência.

1.2. Tipologia da Violência

Como referem Matos, Negreiros, Simões e Gaspar (2009), a violência não é característica dos “tempos modernos”, mas cada época tem o seu próprio tipo de violência, reflexo de toda uma dinâmica de preocupações, incertezas, angústias, e ambições, que dificultam a normal gestão e regulação das relações interpessoais, mais concretamente na abordagem de problemas e gestão de conflitos.

Em 2002, a Organização Mundial de Saúde elaborou um relatório mundial de violência e saúde com intuito de caracterizar e descrever a violência nos mais diversos países e comunidades, a fim de melhorar a compreensão das causas e consequências da violência, assim como a sua prevenção. Deste modo, discriminaram-se os diversos tipos de violência através de uma categorização que tinha como referência as características dos indivíduos que cometiam actos violentos. Assim sendo, os principais tipos de violência realizados nas sociedades actuais estariam agrupados nas seguintes categorias essenciais: violência auto-dirigida; violência interpessoal; e violência colectiva. A *violência auto-dirigida* diz respeito a todo o tipo de violência que o agressor inflige sobre si próprio, podendo ser subdividida em comportamento suicida e auto-abuso. A *violência interpessoal* refere-se a todo o tipo de violência perpetrada por uma pessoa ou por um pequeno grupo de pessoas contra outra(s) pessoa(s), subdividindo-se em violência familiar, violência nos relacionamentos íntimos e violência comunitária. Por sua vez, a *violência colectiva*, como a própria designação indica, diz respeito a todo o tipo de violência realizada por grupos de maiores dimensões que os anteriormente referidos, como por exemplo, o Estado, partidos políticos, organizações terroristas, entre outros. Este tipo de violência poderá ainda subdividir-se em violência social, violência política e violência económica (WHO, 2002).

Ainda de acordo com a WHO (2002), os actos violentos podem ser de natureza física, psicológica, sexual ou estarem relacionados com a privação ou com a negligência. Estes incluem o abuso sexual, a violência doméstica, a violência dirigida a idosos, a violência juvenil, a auto-violência, a violência colectiva e a exclusão social (WHO, 2002). Esta categorização tem em linha de conta a natureza da violência, o contexto onde se insere, bem como a relação entre agressor(es) e vítima(s), propondo uma definição abrangente dos diferentes tipos de violência, reconhecendo que a violência não conduz obrigatoriamente ao dano físico ou morte, podendo causar graves

danos psicológicos, défices de desenvolvimento e privação (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009).

Marcelli e Braconnier (2005), na sua obra *Adolescence et Psychopathologie*, distinguem dois tipos de violência específicos: a violência contra bens e a violência contra pessoas. A *violência contra bens* diz respeito aos actos de vandalismo e à violência solitária (tais como, comportamentos destrutivos solitários e comportamentos heteroagressivos com formas excrementais). Por seu turno, a violência contra pessoas referem-se a todo o tipo de violência doméstica, violência escolar e violência extrafamiliar (crimes e delitos).

No seio familiar, a violência pode ocorrer entre qualquer um dos membros, nomeadamente entre os cônjuges, entre pais e filhos, entre outros. Como todas estas pessoas estão ligadas por laços de intimidade e de grande proximidade, o agressor conhece bem a vítima, pois partilham vários aspectos da vida. Por isso, cada vez mais se admite que o lar é um lugar perigoso, onde se cometem crimes violentos dentro das suas portas e entre os seus membros (Lemos, 2008).

Segundo Guerra a violência doméstica contra crianças e adolescentes é uma violência interpessoal, caracterizada pelo abuso do poder, usado como disciplinador e coercitivo, por parte dos pais ou encarregados de educação. Por outro lado, corresponde a um processo de vitimação que, por vezes, se prolonga intensivamente no tempo, caracterizada por uma imposição de maus-tratos à vítima (objectalização e sujeição), violando constantemente os seus direitos, revestindo-se de um total sigilo alimentado pelo medo (Guerra, 1998). Sendo a pessoa mais dependente, mais indefesa e mais pequena, a criança apresenta maior vulnerabilidade de vir a padecer de violência doméstica, ou de outro tipo de abuso ou exploração, como por exemplo, negligência, maus-tratos psicológicos, abuso sexual, entre outros (Eisenstein & Souza, 1993; Canha, 2002).

Segundo Canha (2003), os maus-tratos psicológicos e/ou emocional dirigidos a crianças e adolescentes no seio familiar resultam de uma incapacidade de proporcionar um ambiente tranquilo, onde vigora o equilíbrio emocional e afectivo. Nestes casos, em que as manifestações de afecto estão ausentes, observam-se constantemente actos de recriminação e humilhações verbais, aliados a situações de grande violência e conflito familiar, originando um clima de medo e terror.

Por isso Peled e Davis (1995) acreditam que este tipo de violência pode assumir três formas distintas: i) aterrorizar a criança, fazendo com que ela acredite que o mundo é hostil; ii) forçar a criança a coabitar em ambientes perigosos; e iii) expor a criança a modelos de papéis limitados e negativos, que instigam a autodestruição, a rigidez, os comportamentos violentos e anti-sociais (Peled & Davis, 1995).

Por outro lado, a violência na conjugalidade diz respeito a todo o tipo de agressão (física, verbal, psicológica e/ou sexual) exercida contra o cônjuge ou companheiro(a), com o objectivo de obter poder e controlo sobre o(a) mesmo(a). Porém, a dinâmica perversa e cíclica deste tipo de violência não se resume somente ao cônjuge, mas envolve concomitantemente os filhos, os enteados, bem como todas aquelas crianças e jovens considerados como vítimas silenciosas, esquecidas, desconhecidas e escondidas da violência doméstica (Sani, 2003; Silva, 2000, citado por Xavier, 2008).

Actualmente, diversos estudos têm-se debruçado sobre a questão da violência sexual sobre as mulheres no contexto do casamento (Pereira, Matos & Machado, 2006), mais especificamente sobre a questão da violação marital. Este tipo de violação diz respeito ao exercício de actos sexuais cometidos sem o consentimento da mulher e/ou contra a sua vontade, recorrendo à força física, à ameaça de força contra ela ou contra uma terceira pessoa, ou ao dano implícito, quando o agressor é o marido o ex-marido da vítima (Bergen, 1996; Mahoney & Williams, 1998; Mahoney, 2000).

Relativamente à violência no namoro, esta surge, frequentemente, como precursora da violência conjugal. Este tipo de violência poderá constituir o factor mediador entre a exposição à violência intrafamiliar (na família de origem) e o uso subsequente de violência na família de procriação (Mendes, 2006), caracterizando-se por três tipos de violência – abuso físico, violência psicológica e abuso sexual – os quais podem surgir concomitantemente (Barreiros, 2009), sendo que muitas vezes a violência psicológica surge como precursora da violência física (Hydén, 1995).

No *abuso físico* o agressor socorre-se da ameaça, da força física ou da restrição, para provocar dor ou injúria a outrem, com recurso a actos como empurrar, agarrar, bater, esmurrar, sufocar, ameaçar com uma faca ou arma, entre outros (Guerra, 1998; Braghini, 2000; Sugarman & Hotaling, 1991; Barreiros, 2009).

Na violência psicológica o agressor socorre-se de um padrão de comunicação, verbal ou não verbal, com a intenção de causar sofrimento psicológico no outro,

desvalorizando-o constantemente. Este tipo de violência encerra em si própria um contínuo de acções que vão desde insultos e ameaças verbais, ciúmes doentios e isolamento, até formas subtis de controlo, manipulação e submissão, humilhação, ameaças contínua de separação, abandono ou traição, assim como destruição ou dano de objectos pessoais (Straus & Sweet, 1992; Guerra, 1998; Braghini, 2000; Jenkins & Aubé, 2002; Barreiros, 2009).

Por sua vez, o abuso sexual diz respeito a toda a pressão física ou psicológica exercida sobre outrem, a fim de impor condutas sexuais não desejadas, com recurso à coerção, intimidação, humilhação, subordinação ou falta de defesa. Este tipo de violência inclui quer a violação, quer o assédio sexual (Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996; Clift, 1997; Guerra, 1998; Abraham, 1999; Braghini, 2000; Hadi, 2000; Barreiros, 2009).

Actualmente, na sociedade contemporânea é possível observar a ocorrência de um outro tipo de violência actual, que ocorre dentro e fora do lar – a violência de género. Este tipo de violência caracteriza-se pela atribuição do poder somente à figura masculina, atribuindo à figura feminina a obrigação de satisfação dos desejos e vontades da figura que possui esse mesmo poder (“o homem”) (Lemos, 2008). Deste modo, o “homem correcto” é todo aquele que se baseia no exercício do poder e no uso da força bruta e a “mulher correcta” é toda aquela que está atenta a todas as necessidades e desejos masculinos (Morales, 2003).

1.3. Factores Associados à Violência

No que concerne aos factores associados à violência, Matos, Negreiros, Simões e Gaspar (2009) referem que, devido à generalização do fenómeno da violência, nenhum indivíduo ou grupo social está completamente imune às suas consequências, pois a violência resulta da junção e articulação de inúmeros determinantes ao nível da vida e do ambiente do indivíduo.

Hoje em dia constata-se uma tendência cada vez mais elevada em associar a violência à pobreza (Milani, 1999, citado por Silva, Lopes & Carvalho, 2008; Pelton, 1980; Guimarães & Campos, 2007), assim como à adolescência (Guimarães & Campos, 2007). Na realidade, segundo Matos, Gonçalves e Gaspar (2005), os adolescentes

portadores de um estatuto social e económico mais baixo apresentam mais comportamentos violentos. Além disso, os *gangs* parecem formar-se com maior frequência em espaços onde a Sociedade não dispõe de meios eficazes para responder às necessidades desses jovens (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009).

Strecht (2002) refere que cada vez mais as Escolas acolhem crianças e adolescente que não aceitam limites aos seus comportamentos, agredindo tudo aquilo que as rodeia. Na maioria dos casos são crianças e jovens cuja vida foi marcada precocemente por padrões inconsistentes e intrusivos de relação, e em que a violência emocional era uma constante. Por isso, habitualmente apresentam dificuldades no seu funcionamento individual e familiar, dificuldades nas relações sociais e dificuldades com a Escola.

De entre os factores de risco que poderão predispor ao envolvimento em comportamentos violentos em crianças e jovens, quer como agressores, quer como vítimas destacam-se: o historial de agressão precoce; o consumo de tabaco, álcool e/ou drogas antes dos 12 anos de idade; o baixo nível cognitivo, o reduzido envolvimento escolar e o insucesso escolar precoce; o nível elevado de ousadia; o envolvimento familiar deficitário; a criminalidade parental; a separação dos pais e a supervisão parental débil; a carência de apoio dos professores e a ausência de disciplina na sala de aula; a discriminação e a exclusão social na escola e na comunidade; e a pertença a uma comunidade com sérias carências socioeconómicas e de infra-estruturas (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). Os autores citam um estudo realizado por Serge e os seus colaboradores (1999), no qual se constatou que o comportamento violento nos jovens é mais comum em rapazes que consomem álcool, tabaco e drogas, que têm relações pobres com os seus pais, e que revelam insucesso e absentismo escolar.

Determinados actos de violência, assim como determinadas passagens ao acto, devem ser entendidas como respostas a um estado de angústia inexprimível e inconfessável, ou seja, como uma descarga motriz violenta que substitui a consciencialização (Tyrode & Bourcet, 2002). De acordo com Balier (1993), determinados comportamentos violentos ocorrem devido a uma impossibilidade de interiorização do objecto externo original (mãe ou substituto materno), dado que para esses sujeitos ele está ausente ou é demasiado excitante. Assim sendo, a violência constitui o meio para colmatar a angústia intensa que sentem, suprimindo o sentimento

da separação, sendo por isso um meio de defesa e uma forma de garantir a continuidade narcísica do sujeito.

Segundo Wolfe, Wekerle e Scott (1996), entre muitos outros aspectos, a proximidade dos relacionamentos, a privacidade do espaço familiar e a interdependência das necessidades surgem como factores predisponentes à ocorrência de abuso de poder e controlo. Nos casos da violência exercida no seio de relacionamentos íntimos, as vulnerabilidades e as forças de uma pessoa estão claramente expostas e, na maior parte das vezes, é o homem quem exerce a violência, com o intuito de demonstrar o seu controlo social e psicológico.

Por outro lado, Englander (1997, citado por Sani, 2002) defende que o nível de risco de vitimação poderá estar relacionado com o género, visto que os rapazes apresentam um risco mais elevado de abuso comparativamente com as raparigas e, quando sujeitos a maus-tratos, os seus pais são mais agressivos.

Paralelamente, outros estudos admitem que o factor “género” determina o tipo de exposição e experimentação da violência ou crime, e que as raparigas tendem a revelar mais sintomatologia do que os rapazes. Por outro lado, relativamente às estratégias de coping adoptadas face a um episódio de violência, as raparigas tendem a internalizar essas situações, ao passo que os rapazes revelam mais respostas exteriorizáveis (Sani, 2002).

Segundo Lurigio e Resick (1990, citado por Sani, 2002) as vítimas de crime expressam diversos níveis de stress e sintomas, sendo que a variabilidade na recuperação parece depender das características e predisposições da vítima, da natureza do incidente, bem como das percepções e interpretações da vítima.

Um outro aspecto a ter em consideração, relativamente aos factores implícitos nos actos de violência prende-se com o tipo de exposição da vítima (exposição directa ou indirecta). Julga-se a este respeito, que os rapazes tendem a ser mais afectados pela vitimação, ao passo que as raparigas tendem a testemunhar mais os incidentes. Porém, é provável que estas constatações se tenham edificado a partir de um conjunto de concepções relacionadas com a vitimação directa e indirecta, distintamente relacionadas, quer com o tipo de crimes quer com o contexto de ocorrência, o que naturalmente levantariam inúmeras questões (Sani, 2002).

No que concerne à vitimação directa, Jenkins e Bell concluíram que as raparigas apresentam maior propensão em serem vítimas de crimes, tais como o abuso sexual

(Jenkins & Bell, 1994, citado por Sani, 2002), ao passo que os rapazes tenderiam a experienciar a vitimação pessoal fora de casa, tais como assaltos, tiroteio, apunhalamento, entre outros. No caso da vitimação indirecta, os mesmos autores referem que não se observam diferenças significativas entre géneros, apesar de os rapazes revelarem uma maior tendência para sobre destes tipo de violência fora do seio familiar, enquanto que as raparigas revelam maior predisposição para testemunhá-la dentro da família (Jenkins & Bell, 1994, citado por Sani, 2002).

Outro aspecto de vulnerabilidade à violência prende-se com a idade. As crianças, devido à sua imaturidade física, encontram-se mais vulneráveis à violência praticada por um adulto. O facto de o adulto revelar um poder superior face à criança fomenta nela o medo, ou seja, ela tendem a acreditar piamente nas ameaças que recebe. Mas, se por um lado é verdade que, independentemente da idade, toda a criança é afectada por um evento violento, não é menos verdade que o impacto desse mesmo evento e a emergência de sintomas específicos dependem da idade e nível de maturidade da criança (Sani, 2002).

Segundo Canha (2002), a fisiopatologia dos maus-tratos assenta na tríade de factores de risco: factores inerentes aos pais, factores inerentes à criança e factores associados à situação de crise familiar. No que respeita aos factores de risco inerentes aos pais destacam-se o baixo nível económico e sociocultural, antecedentes de maus-tratos infantis, idade inferior a vinte anos, atrasos mental de um ou ambos os pais, personalidade impulsiva e imatura, baixa tolerância á frustração e ao stress, dependência económica de outrem e/ou ausência de trabalho, antecedentes de criminalidade, frequentes modificações de parceiros e hábitos alcoólicos ou de consumo de drogas. Relativamente aos factores de risco inerentes às crianças salientam-se a idade inferior a 3 anos, fruto de um gravidez indesejada ou de uma mãe solteira, separação da mãe no período pós-parto, gestações múltiplas, crianças deficientes ou portadoras de uma doença crónica, crianças que não correspondem às expectativas dos pais, e crianças que possuem alterações do comportamento ou insucesso escolar. Por fim, os factores associados à situação de crise compreendem o agravamento das dificuldades económico-financeiras, perda de emprego ou emprego precário, separação, divórcio ou depressão dos progenitores, morte de um familiar e acontecimento perturbador da dinâmica familiar.

Por último, no caso específico da violência conjugal é possível observar o ciclo da violência, o qual encerra em si próprio três fases distintas: acumulação de tensão; ataque violento; e apaziguamento. Deste modo, na primeira fase – fase da *acumulação da tensão* – a mulher, apesar de sofrer agressões por parte do cônjuge/companheiro e de estas se intensificarem cada vez mais no decurso do tempo, nega para si própria a raiva que sentem ao ser injustamente agredida, quer física quer psicologicamente, procurando razões que justifiquem as agressões perpetradas. Na segunda fase – *ataque violento* – o agressor maltrata física e/ou psicologicamente a vítima, considerando-a como um puro objecto, no qual deverá descarregar toda a tensão acumulada durante a primeira fase, concedendo à vítima apenas a possibilidade de “aceitar” as suas agressões sem contestar. Na terceira fase – “lua-de-mel” ou apaziguamento – logo após a agressão, o agressor demonstra-se profundamente arrependido dos actos que cometeu, pedindo desculpas por tudo. Porém, a tendência é para extinguir esta fase, assim que a violência passa a ser cada vez mais frequente e intensa (Lemos, 2008).

No caso específico da violência sexual na conjugalidade, Pereira, Matos e Machado (2006) apontam dois factores explicativos para a ocorrência desse tipo de violência: a socialização e papéis de género; e o poder. Relativamente ao primeiro factor, os autores referem que as concepções tradicionais relativamente de papéis de género revelam um sistema de condutas estereotipadas que definem que as mulheres possuem o dever de resignação, de inferioridade face ao masculino e de assexualidade, ao passo que os homens possuem autoridade, poder, força e dependência. Deste modo, a mulher é tida como propriedade do marido (Bridges, 1991, citado por Monson, Langhinrichsen & Binderup, 2000). No que concerne ao factor “poder”, segundo Brownmiller (1975, citado por Segal, 1990), a violação marital representa-se como uma estratégia de perpetuação e reforço dos sistemas patriarcais de domínio e opressão da mulher.

Hall e Hirschman vão mais longe e apontam quatro factores de risco para a ocorrência de comportamentos sexualmente agressivos na relação marital: a motivação fisiológica; a motivação cognitiva; a motivação afectiva; e problemas desenvolvimentais. A *motivação fisiológica* diz respeito à activação sexual face a estímulos desviantes (tais como, violações) (Hall & Hirschman, 1991, citado por Hall & Barongan, 1997; Barbaree & Marshall, 1991, citado por Hall & Barongan, 1997). Já a *motivação cognitiva* envolve mitos ou distorções que desculpabilizam o comportamento

sexual agressivo, tomando esse comportamento como benéfico para a vítima (Hall & Hirschman, 1991, citado por Hall & Barongan, 1997). A *motivação afectiva*, por sua vez, encontra-se associada a sentimentos de raiva do homem para com as mulheres ou para com aquela mulher em particular, os quais podem decorrer de experiências específicas mas que são igualmente culturalmente aceites (Hall & Barongan, 1997). Por último, alguns *problemas desenvolvimentais*, tais como divórcio parental, família de origem numerosa, negligência parental, abuso físico e sexual, historial familiar criminal e dificuldades escolares, parecem revelar uma certa associação com os comportamentos sexuais agressivos (Prentky & Knight, 1993, citado por Hall & Barongan, 1997).

Para além dos factores anteriormente mencionados, diversos autores apontam os quatro factores de risco na violação marital: a violência física, visto que as mulheres batidas têm mais probabilidades de serem violadas pelo seu companheiro ou marido (Frieze, 1983, citado por Bergen, 1999); a gravidez (Bergen, 1996; Finkelhor & Yllö, 1985; Hadi, 2000); a separação/divórcio (antes, durante e após) (Mahoney & Williams, 1998; Dobash & Dobash, 1992; Kurz, 1997, citado por Bergen, 1999); e o estado de doença da mulher, dado que sua fragilidade física coloca-a em risco de ser abusada sexualmente pelo marido (Campbell & Alford, 1989, citado por Bergen, 1999; Mahoney & Williams, 1998).

Bancroft e Silverman (2002), por sua vez, referem que as atitudes comportamentais e atitudinais mais comumente associados aos perpetradores de violência dizem respeito à imposição de um padrão de controlo sobre a(s) vítima(s), à crença de posse de direitos e privilégios especiais sem responsabilidades recíprocas, à percepção da(s) vítima(s) como um objecto de posse, às agressões em série, ao egocentrismo, à percepção de superioridade perante a(s) vítima(s), à confusão entre amor e abuso, à manipulação, aos comportamentos e afirmações contraditórios, à externalização da responsabilidade e à negação, minimização e culpabilização da vítima. Porém, se o agressor é o pai, as características vulgarmente mais associadas são o autoritarismo, o subenvolvimento, a irresponsabilidade e a negligência, a diminuição da figura maternal, a centração no próprio e a manipulação.

1.4. Violência *versus* Agressividade

Muitas vezes, quando pesquisamos sobre o fenómeno da violência deparamo-nos com o facto do termo “violência” se encontrar muitas vezes associado ao termo “agressividade”. Por vezes, apercebemo-nos que certos autores usam o termo “violência” como sinónimo de “agressividade” (e vice-versa) (Sá, 1999) pois, segundo Marcelli e Braconnier, o termo “violência” remete para o campo jurídico e sociológico, ao passo que o termo “agressividade” remete para o campo psicológico e médico (Marcelli & Braconnier, 2005). Outras vezes, a violência é entendida como uma forma de agressividade, que não é inata, mas fruto de um constructo social, diferenciado histórico e socialmente (Sallas *et al.*, 1999; Santos, 1999, citados por Silva, Lopes & Carvalho, 2008). No entanto, essas noções não correspondem inteiramente à realidade, pois apesar de existir uma relação estreita entre “violência” e “agressividade”, estes termos são completamente distintos (Lemos, 2008; Silva, Lopes & Carvalho, 2008).

Segundo Jares (2002), ainda existem muitas pessoas que consideram que determinados indivíduos são “violentos por natureza”, que a agressividade e/ou violência constituem instintos herdados geneticamente, os quais definem quem é (ou não) violento. Segundo Costa (1986) «a violência nasce da agressividade, da inclinação instintiva do homem para matar ou fazer sofrer seus semelhantes» (p. 24).

A violência constitui uma expressão de agressividade primária não elaborada (Sá, 1999; Strecht, 2002), que pode resultar em lesões, mal-estar, danos psicológicos, morte, exclusão social e/ou isolamento social (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). Enquanto atitude, a violência implica necessariamente um acto humano direccionado a outro ser humano, com todas peculiaridades subjectivas características do seu comportamento social (Silva, Rodrigues, Diego & Lourenço, 2005). A apetência para cometer actos violentos está intimamente relacionada com os factores sociais, nomeadamente com o registo do percurso de vida pessoal de cada pessoa e o seu ambiente familiar (entre outros). Estas causas sociais, bem como a reprodução e produção culturais, determinam e justificam o fenómeno social e cultural da violência (Lemos, 2008; Silva, Lopes & Carvalho, 2008).

A agressividade é uma das características inerente a todo e qualquer ser humano (Ramirez, 2001; Scharfetter, 2005; Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). Ela faz parte da sua componente afectiva, podendo manifestar-se de uma forma mais ou menos

camuflada, participando mais ou menos do potencial de acção e actividade do indivíduo (Ajuriaguerra, s/d; Scharfetter, 2005), sendo imprescindível a todos os animais, na conquista pelo seu lugar no seio do grupo, na marcação da sua posição (territorialidade e pertença), bem como na conquista e conservação da sua parceira sexual (Lorenz, 1974). Por sua vez, a agressão diz respeito à aplicação de um estímulo nocivo a outra pessoa (Buss, 1961, citado por Matos, 2006).

Em geral, podemos verificar que na literatura a agressão é encarada como uma conduta que causa danos físicos e/ou psicológicos e que tem na sua génese a intenção de fazer mal a outrem (Schaffer, 1996; Matos, 2006), manifestada sob a forma física ou verbal, individual ou grupal, revestida de fortes emoções ou executada friamente, bem como meticulosamente orientada para um alvo ou indiscriminada (Schaffer, 1996). De igual modo é possível observar que os termos “agressão” e “violência” são muitas vezes usados como sinónimos, embora se defina violência como algo mais restrito e específico. Alguns autores situam os actos de violência num *continuum* comportamental que vai desde a agressão verbal até à agressão física severa, podendo culminar no homicídio (Matos, 2006). Um mesmo comportamento pode ser considerado agressivo ou não, dependendo das crenças dos observadores, o que significa que a agressão não é apenas um conceito descritivo mas também avaliativo, e o carácter de tal juízo de valor constrói-se socialmente (Ramirez, 2001; Scharfetter, 2005).

Os termos “comportamento agressivo”, “agressividade” e “violência” apesar de constituírem conceitos distintos a sua definição e delimitação ainda apresenta algumas lacunas, levantando algumas questões relativamente à abrangência de cada um dos termos em particular. Para Marcelli (2005), a agressividade constitui um estado ou potencialidade, ao passo que o comportamento agressivo diz respeito ao objectivamente observável. Porém a precisa delimitação destes três conceitos ainda não reuniu um total consenso entre os investigadores, os quais optam, muitas vezes, por centrar essa discriminação em três factores fundamentais: a intencionalidade do comportamento, os danos provocados e a dimensão física ou verbal do mesmo (Matos, 2006).

Muitas vezes observa-se o uso dos termos violência e agressão hostil como sinónimos (Schaffer, 1996; Aldrighi, 2004), pois o que diferencia a agressão normal da hostil é a intencionalidade de provocar danos (Schaffer, 1996).

À medida que se progride no processo de crescimento vão-se observando diminuições dos níveis de agressividade e um aumento nas competências interpessoais.

Os actos agressivos aumentam de gravidade com a entrada na adolescência e na idade adulta assumem formas mais colectivas com a emergência de gangs. Uma pequena percentagem de jovens pode dirigir a sua agressividade para um dos seus progenitores (geralmente a mãe), um professor ou quando se tornam eles próprios pais, canalizá-la para os seus filhos (Antier, 2006; Matos, 2006). O comportamento agressivo durante a infância poderá ser preditor de actos de violência na fase adulta devido, provavelmente, à continuidade temporal de um constructo subjacente, a personalidade agressiva (Farrington, 2000).

Deste modo, a agressividade pode ser considerada como um “estado”, que se modifica e diferencia ao longo do próprio desenvolvimento da pessoa, a qual poderá evidenciar-se mais intensamente no período da adolescência. Ela constitui, assim, uma “condição pessoal”, que se evidencia mais ou menos de acordo com a personalidade de cada um, sendo vital à própria sobrevivência humana e funcionando como um elemento protector ao serviço da construção da segurança interna (Bertão, 2004).

Segundo Bandura (1982), as crianças/adolescentes que têm modelos agressivos em casa tenderão a mostrar um maior número de atitudes agressivas para com os outros, comparativamente às que não possuem tais modelos. Por isso, a atitude dos adultos, principalmente dos pais, exerce forte influência no comportamento das crianças, podendo assim desencadear o despoletar de comportamentos agressivos. O facto de existirem pais com tendência a tolerar e perdoar tudo (pais permissivos), leva a que a criança cresça com falta de senso de responsabilidade, pois tudo lhe foi tolerado na fase em que deveria ter aprendido a suportar as frustrações. Quando mais tarde lhe é exigido, pela Sociedade, um determinado comportamento, a criança tenderá a resistir (pois não está habituada a cumprir normas/regras) e a responder às exigências do meio com recurso a comportamentos agressivos. Por outro lado, certos pais exercem uma disciplina muito rígida sobre os seus filhos (pais autoritários), capaz de inibir a necessidade de independência na criança. Nestes casos, a criança poderá tornar-se temerosa perante qualquer tipo de autoridade, ou muitas vezes, revoltar-se contra as normas, não as aceitando (Adrados, 1980; Schaffer, 1996).

Por fim, consideramos importante realçar que “agressão” não é sinónimo “violência”. Toda a violência poderá edificar-se através da agressividade, mas esta não constitui o seu único factor explicativo. A agressividade estaria, desta forma, relacionada ao indivíduo e à sua vida psíquica, repleta de motivações quase biológicas

(pulsionais), ao passo que a violência estaria associada a factores mais culturais e sociais (Peres, 2008).

1.5. Violência *versus* Crime

A manifestação de violência, além de ser um dos problemas mais debatidos entre sociólogos, políticos, cientistas/investigadores, estudantes e o povo, constitui um fenómeno com implicações jurídicas (Sá, 1999). Sendo aceite como um problema social, a análise da sociogénese da violência e do crime implica o estudo da natureza socialmente construída da sua definição, a variância no tempo da sua significação, a sua dependência dos atributos sociais de quem o pratica.

Durkheim dizia que a criminalidade em geral só tinha significação quando se levava em consideração a sociedade ou o tipo de cultura onde se perpetrava os actos de violência (Lourenço & Lisboa, 1992). Há, no entanto que esclarecer que os conceitos de violência e de crime são diferentes, embora possam coincidir (Lisboa et al., 2003, citado por Sani, 2007). Partindo dos exemplos de Sani podemos observar, por exemplo, no caso da violência doméstica que há actos embora tipificados como crimes (e.g., obrigação de manter relacionamento sexual contra vontade do cônjuge) para algumas vítimas, tal violência, não chega a ser perspectivada como tal, enquanto outros comportamentos socialmente representados como violentos (e.g., assédio persistente do companheiro após uma ruptura conjugal) podem não estar legalmente legislados como crime (Sani, 2007).

Pode ainda discutir-se a dificuldade que existe em distinguir o que é público e o que é privado, o que pode levar a questionar-se a legitimidade para se intervir em casos de violência. A criminalização de certas condutas como crimes públicos, como é o caso da violência doméstica, vem reforçar a noção de responsabilidade social, impondo que toda a sociedade tem o dever e a responsabilidade de denunciar todas as situações de violência criminalizáveis (Sani, 2007). Todavia há ainda algumas condutas que sendo violentas ainda não são conceptualizadas como crime, talvez por que o domínio de acção seja ainda entendido como privado.

2. AS CRENÇAS E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA

As transformações sociais e históricas que ocorrem numa determinada Sociedade, assim como o modo como esta controla e proíbe, através de leis, o uso da violência, modifica e molda as formas de manifestação, as representações e a abordagem teórica da violência. O aumento da complexidade das relações humanas contribuiu largamente para as constantes transformações ao nível das concepções de violência e das considerações acerca do que se considera ético. Este facto pode contribuir para a dificuldade em definir e explicar a violência, assim como de se constituir um padrão de aceitação ou não-aceitação em relação a esse fenómeno encarado como violento (Silva, Lopes & Carvalho, 2008).

Segundo Bonin (1998, citado por Silva, Lopes & Carvalho, 2008) é através da aquisição de uma cultura e da rede de inter-relações sociais que o Homem forma o seu “self”, o qual representaria como que o centro de acção voluntária e de decisões da pessoa. Por isso, se cada período histórico instaurar as suas formas específicas de sociabilidade, de acções humanas e de relações sociais, a forma de apresentação da violência, assim como o seu julgamento, tornar-se-á específica desse mesmo contexto ou período histórico.

Ao processo através do qual a Humanidade (em inter-relação) se vai organizando no decurso do tempo e do espaço, de forma não-intencional e não-planeada, denomina-se “processo civilizador”. Deste modo se compreende que as “normas da agressividade” variam com os tempos, “refinam-se” e “civilizam-se”. Por isso se observa a passagem de uma tolerância relativa à violência para uma tolerância menor, bem como a passagem de actos “pouco controlados” para actos “mais controlados”. Estas concepções, por seu turno, são reguladas pelo aprofundamento de uma cultura (Elias, 1993, citado por Silva, Lopes & Carvalho, 2008).

Hoje em dia, em algumas famílias, ainda se aceita a violência contra as crianças como método de ensinamento e educação (Silva, Lopes & Carvalho, 2008). Tal aceitabilidade resulta de uma reflexão de quão apropriada (ou não) esta é, enquanto prescrita pelas normas sociais (Roscoe & Callahan, 1985). Se recuarmos um pouco no tempo, podemos observar isso mesmo. Pois há alguns anos atrás toda a Sociedade testemunhava que um marido batia na mulher e nos filhos, porém esses actos era considerados como legítimos e, por isso, aceites e desculpabilizados, por se

considerarem “normais”. Nessa altura, reinava o poder patriarcal, por esse motivo a mulher era considerada como “propriedade” do marido, sendo assim ela tinha que aceitar a situação em que o seu “dono” a colocava. Ao chefe de família era concedido o poder absoluto, sobre a mulher e os filhos (aos quais não eram reconhecidos quaisquer direitos), o qual lhe conferia uma imunidade total que garantia a tranquilidade doméstica (Dias, 2004) e contribuía para a vivência do ideário de “amor romântico”, com uma mulher submissa e subserviente ao seu homem (Lemos, 2008).

Esta noção de patriarcado assenta na concepção de representação da masculinidade, adquirida através do domínio sobre a mulher. A identificação da virilidade com o poder do homem (“machismo”) estava interiormente relacionada com a concepção de legitimidade do exercício da autoridade sobre a mulher, provocando a violência (Lemos, 2008). Deste modo, torna-se fundamental a execução de uma análise dos aspectos socioculturais face à violência, assim como uma reflexão sobre o paradigma relacional inerente a este fenómeno, com recurso à mitologia (Santos, 1996).

2.1. Crenças: origem e influência sobre o comportamento humano

Analisar a origem e a influência da formulação de crenças no comportamento humano conduz-nos, inevitavelmente, à reflexão sobre a formulação do conhecimento. Através de uma breve reflexão sobre esse facto é possível apercebermo-nos que todo o conhecimento humano deriva de um constructo não só pessoal, mas substancialmente social, pois muito do que sabemos, sabemos-lo através dos outros, das inter-relações e interacções que estabelecemos com eles. A linguagem humana constitui o meio primordial através do qual das pessoas partilham as suas descobertas e as transmitem às gerações seguintes. Consequentemente, devido a esta interdependência cognitiva, acabamos por observar o mundo e tudo o que nos rodeia não somente através do nosso ponto de vista, mas também através do ponto de vista do outro e da forma como ele percebe o mundo que o rodeia.

As crenças emergem, então, dessas mesmas interacções humanas, sendo fruto dessas percepções. O seu conhecimento funde-se com o conhecimento das pessoas que o rodeiam e a sua percepção da realidade transforma-se. Desta forma, o sujeito influencia e é influenciado, formulando as suas próprias crenças em função do que os

outros dizem, pensam ou escrevem. Na verdade, a nossa própria realidade constrói-se através um acordo mútuo interno entre o que nós pensamos e o que os outros pensam (Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003; Silva, Rodrigues, Diego & Lourenço, 2005).

Segundo Krüger (1986), as crenças são “*proposições que, na sua formulação mais simples, afirmam ou negam uma relação entre dois aspectos concretos ou abstractos ou entre um objecto e um possível atributo deste*” (p. 32). Desta forma, as crenças seriam organizadas em sistemas ou conjuntos, estruturados de acordo com uma lógica, sendo capazes de activar motivações e condutas sociais, influenciando assim os processos colectivos (Krüger, 1986).

Uma característica inata a diversos seres humanos prende-se com a concepção de que o outro percebe o mundo de forma mais ou menos semelhante à dele, partindo do princípio de que se ambos usam o mesmo código de linguagem e os mesmos conceitos, então a realidade é comum aos dois, ou seja, o que é real para um também o é para o outro. Além disso, o sujeito acredita que os outros vêem, ouvem e sentem a realidade da mesma forma que ele, ou pelo menos de um modo muito semelhante ao seu. Estas concepções/crenças traduzem-se no axioma cognitivo da vivência diária (Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003). O termo “mito” é usado para caracterizar as crenças de difícil (ou impossível) comprovação (Silva, Rodrigues, Diego & Lourenço, 2005).

Sempre que surge a necessidade de avaliar situações ou assuntos sociais observa-se uma crescente necessidade de comparação social. As pessoas procuram dar sentido ao mundo que as rodeia através de uma consistência entre as suas experiências pessoais e memórias (consistência cognitiva), recorrendo posteriormente às outras pessoas a fim de comparar ou confirmar as suas concepções. Se ambas as concepções se coadunam nada se transforma e a consistência cognitiva do sujeito mantém-se mas, se pelo contrário, se observar uma inconsistência entre as suas experiências, crenças e acções, e as dos outros, desencadeia-se um processo de reinterpretação da situação, de forma a por um lado minimizar essa inconsistência e, por outro, a restaurar a sua consistência cognitiva (Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003).

Segundo Festinger (1957, citado por Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003), qualquer inconsistência compreendida entre diversos aspectos do conhecimento, sentimentos e comportamentos cria uma dissonância cognitiva, ou seja, um estado interno desagradável, em que os sujeitos procuram atenuar sempre que possível. Em geral, muitas das crenças sociais são acompanhadas de sentimentos intensos. Além

disso, todas as atitudes, entendidas como um conjunto estável de avaliações e visões mentais relativamente a uma ideia, objecto ou pessoa (Eagly & Chaiken, 1993, citado por Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003), resultam de uma combinação entre as crenças, sentimentos ou avaliações, e uma predisposição para agir em consonância. Portanto, todas aquelas pessoas que diferem de outras nas suas atitudes possuem, provavelmente, um conjunto de crenças distinto. Por essa razão se compreende que, perante uma mesma situação ou assunto, pessoas com crenças/concepções diferentes avaliam e agem de forma diferente, face a um mesmo acontecimento ou situação (Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003).

Segundo vários autores, as crenças sociais assumem particular relevância e influência durante o período da adolescência, período em que tanto os rapazes como as raparigas experimentam na prática e intensificam as suas expectativas de género, as quais se encontram arreigadas por crenças tradicionais acerca da deseabilidade do controlo masculino e submissão feminina, tendendo a potenciar a violência na intimidade dos jovens (Schwartz & Dekeseredy, 1997).

Na análise das atitudes e crenças subjacentes aos actos violentos nas relações íntimas, as percepções dos jovens relativamente ao que poderá (ou não) representar abuso nestas relações reveste-se de uma crucial importância. Além disso, a severidade da violência determina a sua tipificação como abuso e o género influencia as crenças relativamente ao que representa abuso (Caridade, Machado & Vaz, 2007).

Segundo Carlson (1999), as atitudes e as crenças que têm maior tendência a justificar e/ou desculpar o comportamento violento na relação íntima devem-se à subsistência da relação violenta no tempo. Deste modo, a banalização e minimização da pequena violência poderá resultar na continuidade da conduta abusiva por parte dos agressores, bem como na manutenção das vítimas na relação.

Por outro lado, na nossa sociedade ainda se encontra bastante enraizada a crença nos castigos corporais como método disciplinador sendo, por isso, defendido e aceite como método legítimo de educação. Desta forma se compreende que esta tolerância face ao castigo físico possa contribuir para a perpetuação da violência familiar, em maior ou menor escala, ao longo dos tempos (Canha, 2002).

Desta forma, transpondo estes conteúdos à problemática da violência é possível compreender como, perante o mesmo fenómeno, diferentes pessoas revelam crenças e atitudes tão díspares. Entre as crenças legitimadoras da violência poderemos citar, a

título de exemplo, a crença de que a violência é justificável e fundamental à preservação da privacidade familiar, a crença de que a violência se deve a causas externas e fora do controlo do agressor (tais como o álcool, drogas, etc.), entre outras (Heise, 1994; Machado, Matos & Moreira, 2003).

2.2. Representações Sociais: origem e desenvolvimento

O fenómeno da violência encontra-se intimamente ligado às representações sociais, na medida em que estas condicionam positiva ou negativamente a sua percepção, a qual depende, por seu turno, da sua aceitação ou não, proferida de acordo com um quadro de referências específico (Ribeiro & Sani, 2008). Os julgamentos sociais relativamente ao que se considera (ou não) violento dependem da intensidade das respostas do perpetrador, do nível de exibição de dor/dano por parte da vítima, das intenções atribuídas ao perpetrador, assim como das suas características (género, idade, classe social, entre outras) (Feldman, 1979).

Todo o comportamento violento pressupõe a existência de uma relação diádica entre agressor e vítima, a qual condiciona e molda todo um repertório comportamental dos sujeitos. Por isso, o facto de consistir numa interacção social, o comportamento violento deve ser sempre percebido na relação com outros fenómenos concomitantes, tais como o contexto social, cultural e económico onde está inserido (Guillotte, 1999, citado por Galego, 2004).

Nos tempos que correm, as mutações constantes vivenciadas quer a nível cultural, quer a nível do sistema de valores e das relações sociais, têm modificado amplamente as estratégias de resolução de determinadas tensões sociais pois, se anteriormente essas tensões eram resolvidas por intermédio de acordos e negociações, nos dias de hoje são maioritariamente resolvidas através do uso da violência verbal e/ou física (Ribeiro & Sani, 2008). Cada vez mais assistimos a uma crescente disposição cultural na consideração dos fenómenos de violência explícita (actos agressivos) como sendo “naturais e comuns”, ou até mesmo “banais”. Estas concepções fomentam o exercício da violência, tornando-o numa vivência trivial do quotidiano. A banalização do fenómeno da violência é caracterizada, fundamentalmente, pela legitimação do uso

da agressão, quer física quer simbólica, como meio de regulação ou resolução de conflitos de interesses (Guimarães & Campos, 2007).

Como referimos anteriormente, a forma como cada pessoa interpreta os acontecimentos violentos depende da maneira como ela percebe a realidade envolvente, abarcando não só as suas experiências pessoais, mas também toda uma matriz social e cultural onde se encontra inserido (Vala, 1981; Zulueta, 1996, citado por Sani, 2002). Desta forma, o fenómeno da violência remete-nos para as noções de representação social, crenças, estereótipos e pré-conceitos, presentes na vida social de cada sujeito, bem como para as noções relativas à influência da produção cultural, dos hábitos e dos símbolos culturais na estruturação dessas mesmas representações (Porto, 2006; Barroso, 2007). Assim, o que os actores sociais nomeiam como “violência” varia de acordo com as representações que estes elaboram relativamente a esse fenómeno, as quais variam de acordo com a natureza da sociedade na qual o fenómeno é definido (Porto, 2006). Pois toda a representação social é determinada pela totalidade das circunstâncias sociais reflectindo, igualmente, a experiência e a inserção contextual específica de cada grupo social (Moscovici, 1961).

Todo o ser humano vive cercado, individual ou colectivamente, por palavras, ideias e imagens, as quais invadem não só os seus órgãos dos sentidos, mas também a própria mente, influenciando-o muitas vezes, sem que ele se aperceba. Por isso se considera que cada ser humano é, até certo ponto, autónomo, mas por outro lado é influenciado e condicionado pelo ambiente que o rodeia (Moscovici, 2003). As representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, possuindo uma visão prática e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (Jodelet, 1989). Desta forma, embora sendo resultado das experiências individuais, as representações sociais são condicionadas e, por isso, dependentes das inserções sociais dos indivíduos que as produzem (Porto, 2006; Suárez *et al.*, 2007), no seu processo de elaboração ocorre a predominância do social sobre o individual (Assis, Avanci, Santos & Oliveira, 2004).

As representações encerram em si duas funções específicas. A primeira função diz respeito à *convencionalização* dos objectos, acontecimento e pessoas, através da qual se atribui uma forma definitiva, localizada numa certa categoria e organizada de forma gradual num determinado tipo modelo, distinto e partilhado por uma dada comunidade. Deste modo, todos os novos elementos que se associam a esse modelo

sintetizam-se nele e, quando certa pessoa ou objecto não se adequa perfeitamente ao modelo, os sujeitos têm tendência a forçar essa integração, fazendo com que assumam uma determinada forma, para dessa maneira poder integrar em determinada categoria, tornando-se idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado. Por outro lado, toda a representação é *prescritiva*, isto é, impõe-se sobre as pessoas com uma força irresistível, fruto da combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo de nós começarmos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (Moscovici, 2003).

Lewin (1948, citado por Moscovici, 2003) afirma que “*a realidade é, para a pessoa, em grande parte, determinada por aquilo que é socialmente aceite como realidade*” (p. 57). Desta forma é possível afirmar que nenhuma mente está imune aos efeitos dos condicionamentos anteriores, fruto das suas representações, linguagem ou cultura. Pois cada ser humano pensa através de uma linguagem e organiza os seus pensamentos através de um sistema condicionado tanto pelas suas representações, como pela sua cultura. Sendo assim, as representações são, para cada pessoa, a sua realidade (Moscovici, 2003). Além disso, indivíduo e sociedade configuram uma relação de mútua dependência, dialecticamente conflituosa ou harmoniosa, de acordo com o contexto onde se insere, em que o indivíduo, longe de ser considerado como mero suporte de estruturas, deve ser tido em consideração na sua condição como agente ou actor, capaz de realizar escolhas e tomar decisões, mesmo que de modo limitado (Porto, 2006). Por isso, as representações sociais orientam a comunicação social e a conduta de cada sujeito, estabelecendo uma realidade sociocultural comum (Assis *et al.*, 2004).

As representações partilhadas por diferentes pessoas penetram e influenciam a mente de cada um, mas ao mesmo tempo não são pensadas por eles. Por este motivo, a representação que possuímos de algo não está directamente relacionada com a maneira de pensar da pessoa, pois esta é que depende de tais representações, as quais lhe são impostas e transmitidas, fruto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que surgem ao longo do tempo e de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, descrições (científicas ou não) e imagens que circulam no seio de uma sociedade implicam a existência prévia de um elo de sistemas e imagens, assim como uma estratificação na memória colectiva e uma reprodução na linguagem, que reflectem um determinado conhecimento antecedente e que quebra as amarras da informação presente. Assim, as nossas experiências e ideias passadas influenciam activamente as

experiências e ideias actuais. O poder e a clareza das representações sociais brotam do sucesso com que elas controlam a realidade actual através da passada e da continuidade que isso subentende. Por isso, as representações sociais devem ser entendidas como um meio de compreender e comunicar o conhecimento já adquirido, igualando uma imagem a uma ideia e vice-versa, como uma “atmosfera” em relação a uma pessoa, grupo ou comunidade (Moscovici, 2003).

Ao pensarmos na violência como representação de uma ordem ou de um valor, podemos caracterizá-la como um conteúdo a disputar hegemonia no mercado dos bens materiais e simbólicos. Desta forma, para compreender o fenómeno da violência é necessário procurar os sentidos orientadores das condutas humanas dos agressores, tentando compreender tais sentidos inseridos num determinado contexto social, com políticas públicas próprias de abordagem da violência (Porto, 2006).

A grande finalidade das representações consiste em tornar familiar aquilo que é não-familiar à pessoa, grupo ou comunidade. Para isso socorre-se dos processos de ancoragem e objectivação inerentes à formação de qualquer tipo de representação. O processo de ancoragem, como o próprio nome indica, procura ancorar ideias estranhas, categorizando-as, tornando-as imagens comuns, integradas num contexto familiar. Por seu turno, o processo de objectivação procura *objectivar*, isto é, transformar algo abstracto em algo quase concreto, mais especificamente em transferir o que reside na mente em algo que exista no mundo físico (Jodelet, 1986; Moscovici, 2003).

As representações sociais possuem um papel fundamental na comunicação interna de um grupo ao reduzir, através do consenso estabelecido entre os membros desse grupo, aquilo que é “vago”, convertendo assim a comunicação grupal em não-problemática. Elas formam-se a partir das influências recíprocas e das negociações implícitas no decurso das conversações, onde os sujeitos se organizam a partir de modelos simbólicos compartilhados, de valores e de imagens específicas. Desta forma, angariam um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos aplicáveis ao seu dia-a-dia, do mesmo modo que as expressões linguísticas são acessíveis a todos (Farr, 1986; Moscovici, 2003).

Relativamente aos fenómenos de violência, a perspectiva analítica centrada nas representações sociais permite captar os sentidos que, quer os agressores quer as vítimas, atribuem às suas representações e às suas práticas, sem descorar o sistema

(contexto, ambiente, situação e estruturas) no qual esses sujeitos agem e onde as acções violentas são praticadas (Porto, 2006).

Do ponto de vista estatístico, as representações sociais apresentam semelhanças com as teorias, uma vez que dispõem uma série de proposições em torno de um dado tema, possibilitando a classificação dos objectos ou pessoas, a descrição das suas características, assim como a compreensão dos sentimentos e acções presentes. Por outro lado, do ponto de vista dinâmico, elas surgem como uma “rede” de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas, porém, mais móveis e fluidas do que teorias. A hipótese da existência de um “núcleo central” nas representações sociais admite que estas são constituídas por elementos cognitivos, ou esquemas estáveis, em torno dos quais se encontram ordenados outros elementos cognitivos, ou esquemas periféricos. Por outro lado, a hipótese que integra a noção do “princípio organizador” evidencia a generalidade das representações sociais, princípio esse que reduz, simultaneamente, a ambiguidade ou polissemia inerente às ideias/imagens, tornando-as relevantes em qualquer contexto social (Moscovici, 2003).

A pesquisa centrada na análise das representações sociais procura ressaltar o contributo essencial das crenças, valores, ditados populares e ideologias, na medida em que estas aportam ao conhecimento do social, rejeitando a sua definição como algo irracional, ausente de qualquer vínculo lógico com o real. Por isso, as subjectividades presentes nas representações sociais da violência interferem, directa ou indirectamente, nos processos de organização das acções e relações sociais (Porto, 2006).

A teoria das representações sociais, desde a sua génese, insistiu na existência de um vínculo profundo entre a cognição e a comunicação, ou seja, entre as operações mentais e as operações linguísticas, assim como entre a informação e a significação (Lourenço & Lisboa, 1992; Moscovici, 2003). Esta noção revelou-se numa condição fundamental capaz de explicar, de forma correcta, simultânea e não-reduzível, quer a formação e a evolução do conhecimento prático e do “conhecimento popular”, quer ainda a sua função social. Pois, se a cognição humana pressupõe aprendizagem e memória, então o exercício e desenvolvimento dessa cognição baseia-se fundamentalmente em processos permanentes de adaptabilidade, sob a forma de elaborações de conhecimento, organizado segundo processos orientados para temas comuns, considerados como a origem do conhecimento aceite ou mesmo como ideias

primárias, as quais, por sua vez, vêm instruir e motivar regimes sociais de discurso (Moscovici, 2003; Assis *et al.*, 2007).

Segundo Moscovici (1961), as representações sociais compreendem um sistema de valores, noções e práticas relativas a objectos e aspectos ou dimensões do meio social, que permitem a estabilização do quadro de vida dos sujeitos ou grupos, constituindo um instrumento de orientação da percepção de situações e da elaboração de respostas que contribuiu para a intercomunicação entre os elementos dum mesmo grupo ou comunidade. Desta forma, a especificidade da situação de cada grupo social conduzirá à especificidade das suas representações e vice-versa (Vala, 1981).

2.3. Adolescência e Representações Sociais sobre a Violência

A palavra puberdade deriva do termo latino *pubertas*, que significa “os pêlos do púbis”. Em termos etimológicos este termo representa o estágio em que o velo púbico surge (nos rapazes entre os 12 e os 13 anos e nas raparigas entre os 10 e os 11 anos de idade) (Tyrode & Bourcet, 2002).

A adolescência consiste num estágio de desenvolvimento marcado por inúmeras mudanças essenciais a nível cognitivo, moral, pessoal, interpessoal e da formação da identidade (Sprinthall & Collins, 2003; Outeiral & Cerezer, 2003). Esta fase caracteriza-se por movimentos (flutuações) progressivos e regressivos. Nas flutuações progressivas predominam o processo secundário, os modelos verbais de comunicação e o pensamento abstracto. Nas flutuações regressivas predominam o processo primário, o “agir” como modelo comunicacional operante e o pensamento concreto (Outeiral & Cerezer, 2003).

Nas famílias socioeconomicamente desfavorecidas o “processo adolescente” desencadeia-se precocemente, sendo muitas vezes abreviado. A pseudo-maturidade que se estabelece nesta fase comporta padrões verbais aparentemente mais desenvolvidos, assim como uma conduta aparentemente mais adulta (Outeiral & Cerezer, 2003).

Este período de desenvolvimento é fulcral na interiorização de mensagens veiculadas quer pela família, quer pelos grupos sociais onde o jovem se insere, as quais muitas vezes apelam às diferenças de género (valorizando-se e privilegiando-se o poder patriarcal), num processo que contribui, largamente, para o recurso à violência nos

relacionamentos íntimos (Nutt, 1999, citado por Vidal, 2008). Por isso se considera que na adolescência, rapazes e raparigas, experimentam uma intensificação nas expectativas relacionadas com o género (Feiring, 1999, citado por Vidal, 2008), na medida em que é nesse período das suas vidas que lhes é solicitado uma maior experimentação de novos e diferenciados papéis, presente no “mundo dos adultos”. Desta forma, se esse “mundo” é caracterizado, em termos relacionais, por determinados estereótipos que consideram a mulher como o ser submisso e o homem como o ser dominante, então é possível assistir a um “pano de fundo” propício à emergência de violência na intimidade (Schwartz & Dekeseredy, 1997).

Curiosamente, conscientes de que, durante o período da adolescência os pares representam, progressivamente, para os adolescentes uma referência central, através dos quais se comparam modelos comportamentais, se debatem normas, valores, crenças, expectativas, e se partilham ideias e pensamentos íntimos dos indivíduos no concerne às interações sociais (Vidal, 2008), observamos que a escolha desses mesmos pares é significativamente influenciada pelo sistema de crenças do próprio adolescente, o qual, se oriundo de famílias agressivas, tende a seleccionar pares que aceitem e aprovelem o uso da violência (Levandosky, Huth-Bocks & Semel 2002, citado por Vidal, 2008).

Nos finais dos anos 60 e início do anos 70 foram realizadas inúmeras pesquisas relativamente ao funcionamento e desenvolvimento do cérebro humano, em cérebros humanos pós-morte. Os resultados desses estudos revelaram que algumas áreas cerebrais, em particular o córtex frontal (área cerebral responsável pelas funções executivas, tais como a capacidade de controlo e coordenação de pensamentos e comportamentos), apresentavam um desenvolvimento considerável após a infância. Além disso, a velocidade de transmissão dos neurónios no córtex frontal parecia aumentar com a puberdade e a sintonização dos processos cognitivos dos lobos frontais surgia, igualmente, na fase da adolescência. Por outro lado, diversos estudos comportamentais que procuravam investigar o funcionamento das funções executivas durante o período da adolescência, constataram os mesmos factos, ou seja, constataram a existência de melhorias constantes e crescentes no desempenho da função executiva durante a fase da adolescência, justificadas pela mielinização contínua dos axónios no córtex frontal (Blakemore & Frith, 2009).

Assim que atingem a puberdade, o sujeito parece evidenciar níveis mais elevados de consciência de si próprio e dos que o rodeiam, assim como das suas

opiniões e emoções. Além disso, observa-se nesta fase uma crescente preocupação com a aparência física e com as concepções que os outros têm sobre si (Blakemore & Frith, 2009; Tyrode & Bourcet, 2002). Este facto está intimamente relacionado com o crescente interesse sexual e com a noção consciente do sexo oposto, despoletados durante esta fase de desenvolvimento (Blakemore & Frith, 2009).

O adolescente, tal como qualquer outra pessoa, sente uma profunda necessidade de aceitação por parte de todos aqueles que o rodeiam, procurando conduzir o outro no sentido de ele o perceber tal e qual como ele gostaria de ser (ideal de Ego). Porém, se a imagem que o outro lhe devolve não corresponder ao seu ideal do Ego, o seu narcisismo encontra-se sob ameaça e gera uma angústia interna. Quando isso acontece, o adolescente recorre a tudo o que está ao seu alcance para fazer corresponder a imagem que os outros lhe dirigem com a imagem que ele considera ideal para ele. O problema é que, por vezes, a resolução desse conflito interno passa pelo uso da violência como veículo para alcançar a imagem do ideal do Ego (Tyrode & Bourcet, 2002).

Segundo Huerre, a organização social e a vida familiar desempenham um papel preponderante no desencadeamento das transformações pubertárias, na medida em que estas surgem de uma forma excessivamente violenta para o adolescente. O desenvolvimento da sua maturidade e a aquisição de competências sociais representam um aspecto importante na maturação e no ajustamento social do adolescente (Tyrode & Bourcet, 2002; Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). A violência do adolescente constitui uma resposta ao ataque pubertário (transformação do corpo) e ao ataque à sua identidade, a qual provém sempre do outro, por isso alguns autores consideram que essa violência é legítima, por isso, o adolescente não pode ser considerado violento, pois apenas responde a essa situação. O adolescente afirma-se recorrendo a determinadas condutas violentas e, através deste tipo de comportamento, ele recusa a sociedade, mais concretamente, o grupo de adultos que o rodeia. Porém, ao recusá-lo ele apoia-se neste último, a fim de proteger o seu narcisismo e a sua individuação pela sua oposição. Desta forma mostra que é diferente dos adultos mas, ao mesmo tempo, que se apoia neles (Tyrode & Bourcet, 2002).

Os resultados obtidos em determinados estudos realizados com adolescentes no âmbito da percepção da violência (cf. Campos & Guimarães, 2003, citados por Guimarães & Campos, 2007) evidenciaram uma maior tendência para a identificação da violência somente em situações em que ocorriam agressões físicas. Deste modo, a

violência pressupunha obrigatoriamente a existência de um acto agressivo, excluindo assim qualquer outro tipo de comportamento violento, como por exemplo a intimidação, a coacção e a negligência (Guimarães & Campos, 2007; Ribeiro & Sani, 2008).

Por outro lado, os resultados obtidos num estudo elaborado por Guerra e colaboradores, em 1995, indicaram que as crianças de estratos sociais economicamente mais desfavorecidos apresentam níveis mais elevados de comportamentos violentos, os quais se encontram amplamente associados a inúmeros acontecimentos geradores de *stress*, assim como a crenças que aprovavam a prática de comportamentos violentos (Guerra, Huesmann, Tolan, Arker & eron, 1995), explicando assim a emergência de comportamentos agressivos numa idade precoce, bem como a sua continuidade ao longo do tempo (Guerra *et al.*, 1995; Trembley, Mâsse, Pagani & Vitaro, 2004).

Um estudo realizado por Jonhson, Frattanoli e Campbell, com jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 24 anos, constatou que os rapazes percebem que os seus semelhantes usam a violência como meio de manutenção do poder sobre as suas parceiras. Por outro lado, as raparigas consideram que ser “*vítima* do namorado” é apenas uma maneira de evidenciar o compromisso que têm para com ele, mas essa concepção resulta fundamentalmente da dificuldade em diferenciar actos violentos de formas de expressão de amor. Por último, quer os rapazes, quer as raparigas revelam sérias dificuldades em distinguir actos violentos de algum tipo de brincadeiras amorosas (Jonhson, Frattanoli, Campbell, Wright, Pearson-Fields & Cheng, 2005). Por isso é possível observar, através de outros estudos, que uma percentagem significativa de adolescentes percebe a violência como um acto de amor (Glass, Campbell, Yonas, Sharps & Kub, 2003). Muitas raparigas tendem a confundir ciúme com amor, bem como violência como um acto de revolta justificável pelo ciúme (Gagne & Lavoie 1993, Patterson & Olday, 1999, citado por Vidal, 2008) e muitos rapazes, por sua vez, tendem a considerar a violência como aceitável, em função de situações específicas, tais como a necessidade de privacidade familiar e a existência de situações de pobreza, dependência de álcool, entre outros (Machado, Matos & Moreira, 2003).

Diversos autores procuraram explicar estas diferenças relativas às percepções sobre a violência através das concepções de que a educação das raparigas é “orientada para as relações”, ao passo que a educação dos rapazes é “orientada para si mesmos”. Deste modo, as raparigas que vivenciam conflitos interparentais tornam-se mais sensíveis às consequências negativas do mesmo na relação, enquanto que os rapazes

tendem a utilizar os conflitos como um meio de domínio da relação (Vidal, 2008). Paralelamente, outros estudos revelaram que todos aqueles que acreditam que o uso da violência é aceitável como meio de resolução de conflitos, tendem a agir de modo mais agressivo e violento. Mas quando as pessoas reprovam totalmente o recurso a tais meios de resolução de conflitos (comportamentos violentos), tendem a evitar esse tipo de conduta. Este facto elucida perfeitamente importância da análise das crenças pessoais como uma variável determinante a ter em consideração no processo de compreensão da violência relacional (O'Keefe, 1998).

Um outro estudo, realizado por Reitzel-Jaffe e Wolfe (2001), revela um vínculo entre a violência na família de origem, as crenças negativas sobre o papel dos géneros e a aceitação da violência nas relações íntimas. A adopção de papéis tradicionais de género e a aceitação de alguns mitos sobre a sexualidade surgem intimamente ligados à ocorrência de agressão sexual (Malamuth, Sockloskie, Koss & Tanaka, 1991, Moscher & Anderson, 1986, citados por Vidal, 2008). Mas estas associações nem sempre são lineares, pois existem estudos que revelam que jovens oriundos de famílias violentas não aceitam qualquer tipo de violência, envolvendo-se em relações que renegam a assunção do modelo patriarcal (Ellington & Marshall, 1997; Price, Byers, & Dating Violence Research Team 1999).

2.4. Exposição à violência: efeitos sobre valores, crenças e representações sociais

O núcleo familiar (pai e mãe) representa o primeiro suporte das vivências relacionais, suporte dos futuros modelos que servem de base para uma forma de funcionamento de cada pessoa consigo própria e com os outros. O desenvolvimento infantil e juvenil saudável está intimamente relacionado com um meio emocionalmente seguro e estimulante (Strecht, 2002).

A violência pode provocar efeitos contraproducentes a nível do desenvolvimento físico, mental e social das crianças e dos adolescentes. Tanto as vítimas como os agressores podem adquirir lesões físicas, assim como desenvolver perturbações psicológicas, tais como depressões, traumas, stress, dificuldades nas relações íntimas, entre outros. Nalguns casos, as consequências poderão ser mesmo fatais ou poderão

provocar incapacidades permanentes (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). Além disso, a violência praticada contra crianças e jovens tem vindo a evidenciar-se, significativamente, na causa de mortalidade e morbilidade por todo o mundo. Este tipo de violência não diz somente respeito à violência física, mas abarca muitas outras acções, tais como a rejeição, o isolamento, o aterrorizar, o ignorar e o corromper (Avanci, Assis, Santos & Oliveira, 2005).

Indicadores estatísticos revelam que os jovens constituem a população mais vulnerável em termos de exposição à violência. Os resultados obtidos num estudo realizado por Agra, Quinta e Fonseca (2000) revelaram que, por dia, morrem em todo o mundo cerca de 565 jovens, entre os 10 e os 29 anos de idade, vítimas de violência interpessoal. De entre estas vítimas os rapazes são os mais afectados, comparativamente com as raparigas (Agra *et al.*, 2000).

Os resultados obtidos num estudo desenvolvido por Machado e Gonçalves (2003) sobre vitimação revelaram a existência de uma relação inversamente proporcional entre a idade do sujeito e o risco de vitimação, observando-se um maior risco de vitimação em sujeitos com idades compreendidas entre os 16 e 24 anos de idade, bem como uma diminuição desse nível de vitimação com o aumento da idade.

A partir da década de 70, os estudos realizados em torno da violência doméstica deixaram de se centrar unicamente no casal para passarem a ter em linha de conta todos os outros membros família, em particular as crianças e os jovens (Margolin, 1998). O crescente interesse pelo estudo dos efeitos nefastos da exposição violência interparental em crianças e jovens veio revelar que a violência praticada sobre as crianças e jovens é, ainda hoje, socialmente aceite. A vivência (ou sobrevivência) no íntimo de um seio familiar pautado pela violência, onde os protagonistas não são mais nem menos as próprias figuras de suporte e apego da criança, gera sentimentos de insegurança e alimenta a concepção de um mundo hostil e assustador, promovendo a manifestação de sintomas de ansiedade, agressividade, evitamento, entre outros (Xavier, 2008).

Na tentativa de explicar a perpetuação de experiências ao longo de diversas gerações, levanta-se a hipótese da existência de um ciclo intergeracional da violência, a qual defende que uma criança (ou o jovem) exposta à violência parental tende a aprender algo sobre as condições em que a agressão é usada com o intuito de atingir determinados fins. Ao apreender esses modelos violentos ela interioriza um conjunto de mensagens negativas e disfuncionais acerca da aceitabilidade dos actos violentos como

meio de resolução de conflitos, como essenciais em condições de stress (Sani, 2003; Guimarães & Campos, 2007; Kaplan, Hendriks, Black & Blizzard, 1994, Carlson, 1990, citados por Xavier, 2008). Esta aprendizagem irá reflectir-se nos seus relacionamentos íntimos futuros, influenciando significativamente as relações interpessoais, dado que a criança pode perceber a violência e o poder físico como necessários à satisfação de determinadas necessidades pessoais (Strech, 2002; Guimarães & Campos, 2007; Xavier, 2008).

A teoria da aprendizagem social de Bandura corrobora com esta ideia, pois assume que uma criança (ou um jovem), quando exposta a padrões de comportamento violento no lar, tem maior probabilidade de usar padrões similares no futuro (Feldman, 1993, citado por Xavier, 2008). Ao adquirir a noção de que a violência deverá ser usada na resolução dos problemas, a criança (ou o jovem) aprende a manipular, seduzir e coagir os outros para alcançar os seus objectivos, podendo mesmo acabar por evidenciar uma personalidade anti-social (Graham-Bermann, 1998).

O fenómeno da “transgeracionalidade da violência” admite a transversalidade da violência ao longo de várias gerações, pela integração de padrões de comunicação disfuncionais, rígidos e sequenciais, envoltos num clima de afectos negativos, onde a hostilidade do perpetrador da violência corresponde ao medo e à resistência da vítima (Lloyd, 1999). Consequentemente, a criança (ou o jovem) que assiste a este tipo de violência conceptualiza para si própria que é esta a forma de se alcançar os objectivos desejados, transformando-a numa estratégia de sobrevivência face ao perigo, desencadeando assim comportamentos agressivos a fim de manter de um sentimento mínimo de segurança. Porém, apesar dos dados obtidos através de diversas investigações demonstrarem uma relação estreita entre a vitimação na infância e comportamento violento na vida adulta, esta relação não deve ser considerada como linear, mas sim entendida em termos de sinais de risco da perpetuação da violência na idade adulta, pois os modelos baseados na “transgeracionalidade da violência”, apesar de serem capazes de explicar a forma como a violência é apreendida, são incapazes de explicar as razões pelas quais as crianças e/ou jovens expostos à violência apresentam problemas ao nível da internalização e da externalização (Xavier, 2008).

As teorias cognitivo-comportamentais, por seu lado, ao analisarem as formas como as crianças e os jovens processam e auferem um sentido à informação que adquirem através das situações de conflito intrafamiliar, tornam-se úteis na

compreensão dos problemas de agressividade e de competência pessoal e social de crianças e jovens expostos à violência. A exposição prévia da criança a conflitos intrafamiliares irá interferir claramente nas suas percepções de ameaça e eficácia de coping, dado que as experiências a este nível sustentam fortemente as crenças das crianças acerca do desenrolar destes eventos. Para além destes factores, as diferenças de género e o nível de desenvolvimento interfere em larga medida nas apreciações acerca do conflito, dado que as percepções das crianças modificam-se gradualmente com a idade, deixando de se centrar nos factores proximais (ou seja, no comportamento em si), para passar a centrar-se em factores distais e psicológicos (tais como a personalidade dos pais) (Grych, 1998; Xavier, 2008).

De entre os inúmeros problemas de externalização, derivados da exposição à violência interparental, salienta-se um conjunto de sintomas complexos, como por exemplo, a agressividade, os conflitos com irmãos e pares, a impulsividade, os comportamentos de ameaça, a crueldade para com os animais, o inconformismo e os comportamentos de oposição (Xavier, 2008), assim como o medo e a dor no contexto escolar, e os problemas comportamentais que afectam o sucesso académico (Pepler, Catallo & Moore, 2000).

Num estudo dirigido por Wolf, Werkerle e Scott (1996) constatou-se que as crianças oriundas de famílias abusivas, cujo abuso é direccionado às mulheres, revelam um risco mais elevado de desenvolverem comportamentos delinquentes durante a adolescência ou risco de manifestar violência, dentro e fora do lar, durante a fase adulta.

Segundo Rossman, Hughes e Rosenberg (1999), as crianças expostas à violência intrafamiliar possuem esquemas cognitivos rígidos, o que conduz a uma maior tendência para a adoptar estratégias de resolução de problemas mais rígidas e agressivas, influenciando igualmente ao nível das interpretações das relações interpessoais e situações sociais.

Concomitantemente, outros estudos referem que estas crianças, dado serem menos sensíveis do ponto de vista interpessoal, menos competentes na tomada de perspectivas do outro e menos aptas a gerar soluções ajustadas para problemas interpessoais, revelam maior tendência à realização de atribuições enviesadas de interacções hostis (Margolin & Gordis, 2000). Por isso, se é certo que a vivência de conflitos é algo de complexo, independentemente da idade, também é verdade que durante o período da adolescência esses acontecimentos adquirem contornos mais

acentuados, uma vez que habitualmente nesta idade é assumida uma postura mais interventiva e exploratória (Xavier, 2008).

Um estudo realizado por Baldry (2007) demonstrou que os comportamentos agressivos e delinquentes em pré-adolescentes constituíam indicadores de vitimação directa em casa, perpetrada por um ou por ambos os pais, ou então por vitimação indirecta (testemunho de conflitos intrafamiliares). Os resultados obtidos nesse estudo evidenciaram uma estreita relação entre os comportamentos de externalização e os dois tipos de vitimação anteriormente mencionados. Além disso, a co-ocorrência de vitimação directa e indirecta apresentava-se como elevado factor de risco para o impacto da violência nos problemas de conduta.

Paralelamente, outros autores consideram que não é necessário que a criança experiencie a violência directa para ser gravemente afectada, pois o simples presenciamento de situações violentas é suficiente para despoletar sintomatologias desadaptativas. Porém, é fundamental ter em conta a idiosincrasia de cada ser humano, pois determinadas experiências podem produzir efeitos devastadores em alguns sujeitos, mas não em outros. De entre as características individuais de cada criança salientam-se a idade, a maturidade, o género, a etnia, a cultura e a religião, assim como os atributos próprios da criança, tais como o temperamento, a personalidade, o estilo cognitivo, a inteligência, entre outras (Sani, 2006; Xavier, 2008). Outros mediadores relevantes no impacto da violência sobre as crianças prendem-se com a própria natureza do incidente, nomeadamente o tipo de crime, a sua frequência e previsibilidade, o role de experiências anteriores, a proximidade física ao evento ou familiaridade da vítima e ofensor, entre outros (Sani, 2002).

Por outro lado, um estudo realizado por Kinsfogel e Grych (2004), junto de cerca de 400 jovens, entre os 14 e os 18 anos de idade, constatou que os adolescentes expostos à violência intrafamiliar evidenciavam níveis mais elevados de abuso verbal e físico para com os seus parceiros (ou parceiras). Por outro lado, estes autores constaram a existência de uma relação entre severidade dos pais e a existência de maior risco de utilização de violência por parte de jovens do sexo masculino.

Strecht refere que as crianças e adolescentes que vivenciaram precocemente experiências contínuas de agressão por parte dos seus pais e que desconhecem qualquer outro tipo de modelo de relação válido tendem a evidenciar com maior frequência comportamentos violentos, pois a submissão a esses modelos conduz à sua imitação

(identificação com o agressor). Além disso, com o passar do tempo, tendem a recorrer a este tipo de estratégia para a satisfação de necessidades tidas como gratificantes e poderosas (dinheiro, privilégios, sexo, etc.), ignorando a dimensão do outro como pessoa (Strecht, 2002).

Por último, como referem Garbarino e Kostelny (1997, citado por Sani, 2002) a vitimação destrói toda e qualquer crença que o indivíduo possa possuir e dela se socorre na tentativa de explicar e prever o que se passaria no mundo e para agir nesse mundo. As representações que a criança possui do mundo reflectem simplesmente a sua capacidade cognitiva, contudo transmitem, igualmente, indicações acerca das suas tendências morais e afectivas.

3. ESTUDOS SOBRE AS CRENÇAS DE ADOLESCENTES SOBRE A VIOLÊNCIA

Relativamente aos estudos realizados no âmbito das crenças dos adolescentes relativamente ao fenómeno da violência, ressaltamos o mais recente estudo elaborado por Ribeiro e Sani, em Portugal, no ano de 2008. Neste estudo, as investigadores procurar apreender, junto de 64 estudantes portugueses, com idade compreendidas entre os 11 e os 18 anos, que frequentavam o 3º Ciclo do Ensino Básico, numa escola da Zona Norte, quais as crenças que possuíam relativamente às razões legitimadoras do uso da violência interpessoal. Os resultados obtidos evidenciaram que a violência seria legitimada através de razões de ordem pessoal, tais como as características da vítima, factores externos ao agressor (como por exemplo, o consumo de álcool), ou ainda a ausência de uma ligação afectiva entre o agressor e a vítima, reflectindo uma argumentação que determina uma certa desculpabilização da conduta violenta e/ou do ofensor. No entanto, denota-se uma não-aceitação do uso da violência como forma de educar as crianças e os jovens. Além disso, estes jovens defendem que não existem diferenças significativas entre as pessoas (homens e mulheres) relativamente à exibição de comportamentos violentos e que a violência não constitui um comportamento aprendido. Porém, quando são estes jovens de considerarem que o comportamento de cada indivíduo sofre constantes influências do ambiente onde se encontra inserido, especialmente pelos membros da sua família, através de mecanismos de observação, reforço, modelagem ou coacção. Por último, relativamente à diferenciação das crenças de acordo com o género, não se observaram diferenças significativas, apesar de os rapazes evidenciarem maior aceitação dos “determinantes socioculturais” como justificativos do uso da violência, comparativamente às raparigas (Ribeiro & Sani, 2008).

Os resultados obtidos neste estudo corroboram com estudos anteriores sobre as percepções dos adolescentes relativamente à violência no namoro (cf. Lavoie, Robitaille & Hébert, 2000; Machado, Matos & Moreira, 2003; Machado, 2005; Caridade, Machado & Vaz, 2007), os quais evidenciavam a presença de certos mitos envolvidos no fenómeno da violência, assim como crenças conducentes a formas estereotipadas de conceber o fenómeno (justificando-o ou negando-o), ao mesmo tempo que aumentam o risco de responsabilização da vítima pelas ocorrências desse mesmo fenómeno e promovem a desculpabilização do agressor, privatizando a problemática dos maus-

tratos, banalizando a experiência da vítima, negando a gravidade dos maus-tratos, não reconhecendo, igualmente, a sua dimensão criminal (Matos, Machado, Caridade & Silva, 2006).

O estudo realizado por Machado, em 2003, é exemplo disso, pois nesse estudo os rapazes e os agressores íntimos relevaram a crença de que a violência poderia ser justificável em função dos comportamentos da vítima, considerando mais importante preservar a privacidade familiar, acreditando que a violência poderia dever-se a causas externas e fora do controlo do(a) agressor(a) (tais como o álcool, as drogas, a pobreza), minimizando a “pequena violência” no contexto das relações íntimas. Além disso, neste estudo observa-se, no contexto da conjugalidade, um padrão de diferenciação sexual no que diz respeito à perpetração de práticas abusivas, com os homens e agressores a sustentarem um conjunto de crenças concordantes com este tipo de prática (Machado, 2005).

A análise dos dados obtidos no estudo de Ribeiro e Sani (2008) evidenciam que os determinantes individuais são globalmente considerados como justificativos do comportamento violento, corroborando, mais uma vez, com alguns estudos previamente elaborados, que indicam a presença de alguns mitos sobre a violência, formas tradicionais de a conceber e que tendem a minimizar a sua prevalência e os seus efeitos (Matos, Machado, Caridade e Silva, 2006; Sebastião, Campos, Alves & Amaral, 2004).

Um estudo recentemente elaborado por Harrison e Jasinski (2005), com jovens universitários, revelou uma estreita e significativa associação entre a idade e as percepções acerca da violência no namoro, denotando que à medida que a idade aumentava, a aceitação da violência psicológica diminuía.

Paralelamente, O’Keefe (1997) refere que (apesar das controvérsias dos dados), de um modo geral, os adolescentes, independentemente do seu género, revelam valores diminutos de concordância com o uso da violência nas relações íntimas. Porém, estes resultados poderão ter sido seriamente influenciados pelo destaque atribuído ao tema nessa época, nomeadamente através dos meios de comunicação social, assim como devido ao desenvolvimento de inúmeros programas de prevenção.

Um estudo realizado por Truman, Tokar e Fisher (1996) revelou resultados significativos relativamente à diferença de género no que diz respeito à legitimação da violência do contexto de namoro, constatando-se uma maior adesão dos papéis de

gênero tradicionais nos homens, corroborando com atitudes e crenças relativas à legitimação da violência sexual.

Através da elaboração de um estudo que compreendia o uso de vinhetas, Carlson (1999) constatou que determinadas variáveis contextuais e características sócio-demográficas parecem interferir nos julgamentos dos jovens relativamente ao uso de actos abusivos.

ESTUDO EMPIRICO

4. Crenças dos adolescentes sobre a violência

Todos os dias temos conhecimento de actos violentos que despertam o interesse dos Investigadores que os tentam compreender, de forma a poderem preveni-los e até mesmo extingui-los. Para melhor compreender esta problemática é importante conhecer as crenças sobre a violência, daí a importância deste estudo quantitativo. Neste estudo houve preocupação em manter o rigor, a ética e a cientificidade em todos os procedimentos que caracterizaram esta investigação.

4.1 Objectivos e variáveis

O presente estudo tem como objectivo geral contribuir para uma melhor compreensão das crenças dos adolescentes sobre a violência.

Os objectivos específicos deste estudo são os seguintes:

a) Caracterizar as crenças sobre a violência dos adolescentes que estudam no ensino secundário de instituições escolares nacionais;

b) Determinar quais os fundamentos mais comuns na determinação das crenças dos adolescentes;

c) Analisar se existem diferenças ao nível das crenças sobre a violência dos adolescentes em função do género (masculino e feminino);

d) Analisar se existem diferenças ao nível das crenças sobre a violência em função dos distintos níveis etários dos estudantes da nossa amostra;

Neste estudo constituem-se como variável dependente as crenças dos adolescentes acerca da violência e como variáveis independentes, o género e a idade.

4.2 Método

4.2.1. Participantes

Este estudo integra 522 estudantes de Escolas Secundárias e profissionais do distrito do Porto (Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo, Vila Nova de Gaia e Porto), Viana do Castelo, Bragança, Vila Real e Aveiro. Em termos de distribuição por género destaca-se a participação de 272 rapazes (52.1%) e 250 raparigas (47.9%), com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos de idade, sendo a média etária de 17.23, com um desvio padrão de 1.27. Dos 522 sujeitos que integraram a amostra, 175 frequentam o 10.º ano (33.5%), 174 frequentam o 11.º ano (33.3%) e 173 frequentam o 12.º ano de escolaridade (33.1%) (cf. Tabela 1).

Tabela 1.

Distribuição da amostra em função da idade, género e escolaridade (n=522)

		n	%
IDADE	15	60	11,5
	16	94	18,0
	17	135	25,9
	18	134	25,7
	19	99	19,0
GÉNERO	Masculino	272	52,1
	Feminino	250	47,9
ANO ESCOLAR	10º ano	175	33,5
	11º ano	174	33,3
	12º ano	173	33,1

4.2.2. Instrumentos

Para a realização deste estudo foi utilizada a Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV), construída e validada para a população Portuguesa por Sani em 2003. Este instrumento permite avaliar algumas das crenças que os sujeitos possuem em relação à violência interpessoal, independentemente das situações retratadas no fazerem ou não parte das vidas dos sujeitos. Os itens desta escala retratam essencialmente as tipologias de violência física e psicológica, comumente identificados e relatados pelas vítimas e público em geral.

Cada item da escala representa uma ideia ou crença relativamente ao fenómeno da violência existindo para cada um hipóteses de resposta apresentadas num formato tipo Likert, com 4 opções, definidas como 1 – não concordo, 2 – concordo pouco, 3 – concordo e 4 – concordo muito. No geral os itens estão orientados desde crenças menos irracionais (1) a mais irracionais (4), à excepção de três itens (3, 27, 32) nos quais a cotação se inverte, alterando assim a sua interpretação. A ECCV é uma escala composta por quatro factores: a) determinantes sócio-culturais (abrange os itens 7, 11, 13, 14, 21, 23, 24, 25, 26, 28 e 29; abrange as diferenças históricas e culturais que podem originar violência; engloba a discriminação relativa à idade e ao género), b) determinantes individuais (abrange os itens 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 15, 16, 19, 20, 22; integra a diversidade de razões pessoais que podem servir de fundamento e desculpabilização para o exercício de violência entre indivíduos), c) determinantes educacionais (abrange os itens 4, 12, 17, 18, 30, 31; remete para a ideia de que a violência justifica-se quando utilizada para punir e educar), d) etiologia da violência (abrange os itens 3, 27 e 32; integra as crenças sobre a origem da violência adoptando um fundamento biológico: a ideia de que a violência é inata e não adquirida e fundamento psicossocial: como há igualdade psicológica e social a violência não resulta das diferenças entre os indivíduos) (Sani, 2006).

A pontuação total máxima é 128 e a mínima 32. Uma pontuação alta significa que a criança possui ideias congruentes com as afirmações que cada item apresenta, ou seja, quanto maior o grau de concordância com as alíneas, maior é a tendência do sujeito para apresentar crenças erróneas.

4.2.3. Procedimentos

Para a elaboração do presente estudo houve necessidade de formalizar um requerimento à Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), onde constava os objectivos da investigação, os instrumentos a utilizar, assegurando a confidencialidade de todos os resultados que se viessem a obter. Após a autorização para a recolha dos dados por parte da DREN foi solicitado consentimento à direcção das escolas, bem como informações sobre o horário dos alunos e disponibilidade dos docentes. Para assegurar o normal funcionamento das aulas, acordamos com os docentes

procedimentos a serem adotados para a aplicação dos instrumentos. O critério utilizado para a composição da nossa mostra teve por base a amostragem aleatória dentro das escolas seleccionadas, tendo o cuidado de distribuir de acordo com o género, idade e ano de escolaridade. A recolha dos dados decorreu entre Janeiro de 2008 e Junho de 2009. Os participantes tiveram conhecimento dos objectivos da investigação, sendo-lhes garantido o anonimato e a livre opção quanto à não participação. Seguidamente procedeu-se à leitura do instrumento em voz alta, seguindo-se um eventual esclarecimento de dúvidas e por fim o preenchimento individual do questionário. É importante salientar que todos os estudantes tiveram uma participação voluntária e deram o seu consentimento informado.

Os dados recolhidos foram introduzidos numa base de dados com vista a um tratamento estatístico com o apoio do programa informático *Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 17.0, para o Windows.

4.3. Apresentação dos Resultados

Os resultados que serão apresentados de seguida, referem-se ao tratamento estatístico efectuado, sendo elaboradas dois tipos de análises: análise descritiva para verificar frequências percentuais relativas aos dados recolhidos para os diversos itens da escala e análise diferencial para verificar se há diferenças nos resultados em função das variáveis independentes previamente definidas.

4.3.1. Análises descritivas

A análise descritiva da Escala de Crenças da Criança sobre a violência (ECCV) (cf. Tabela 2) permite-nos constatar que para o factor sociocultural os sujeitos na sua maioria discordaram de todas as afirmações. O item 25 “As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência” só 6,3% dos sujeitos concordaram; o item 29 “Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres” só 9,4% dos adolescentes concordam e o item 26 “As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas “ só 8,6% da nossa amostra concordou. Para estes itens o nível de concordância foi muito baixo. No

entanto, o item 13 “A violência entre crianças não passa de brincadeira” teve um nível de concordância de 47,7% dos adolescentes, o item 28 “A violência é um método que tenta resolver um problema” teve um nível de concordância de 32,4% dos sujeitos e o item 7 “Só controla a violência quem a exerce, os outros nada podem fazer” teve um nível de concordância de 28,7% da nossa amostra.

O factor individual ainda é muito utilizado para legitimar a violência, o item 9 “O álcool é responsável pela violência das pessoas” teve um nível de concordância de 81,2% dos adolescentes, no entanto só 15,9% dos mesmos pontuaram 4 (concordo muito). O item 1 “Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo” teve um nível de concordância de quase três quartos da nossa amostra (74,3%), sendo que destes 74,3% sujeitos a maioria pontuou 3 (concordo) e 4 (concordo muito). O item 2 “Quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo de errado” obteve a concordância de 64,9% dos adolescentes, no entanto 27,4% dos sujeitos concordaram pouco. O item “As pessoas violentas são doentes da cabeça e não sabem o que fazem” obteve uma concordância de 57,3% da amostra e só 14% concordaram muito. O item 5 “É porque se confia nas pessoas que estas abusam ou magoam outras” teve um nível de concordância de 57,3% da amostra, no entanto só uma pequenina parte (8,2%) dessa amostra concordou muito.

No factor educativo a grande maioria dos sujeitos discordam de todos os itens, excepto do item 30 “Quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem”. Este item apresenta uma distribuição mais repartida pelas diversas possibilidades de resposta, com 47,1% dos adolescentes a discordarem da afirmação, 36,8% a concordarem pouco, 13% a concordarem e 3,1% a concordarem muito, o que perfaz um total de 52,9% de adolescentes a concordarem com a afirmação.

Para o factor etiologia da violência 68% dos adolescentes concordaram com o item 3 “A violência tem a ver com o querer exercer controlo”. O item 27 “A violência é algo que se aprende” apresenta um nível de concordância de 48,9% e só 5% dos sujeitos concordam muito com a afirmação. O item 32 “A violência tem a ver com o poder ou desigualdade” esteve perto de conseguir a concordância da maioria dos sujeitos, uma vez que 45,2% concordou. O item 27 e 32 indicam que a maioria da nossa amostra discorda que estes dois argumentos estejam na origem do aparecimento de comportamentos violentos.

Tabela 2.

Crenças dos adolescentes sobre a violência (n=522)

	Escala de Crenças da Criança sobre a Violência	Não Concordo (%)	Concordo Pouco (%)	Concordo (%)	Concordo Completamente (%)
Determinantes Socioculturais	7. Só controla a violência quem a exerce, os outros nada podem fazer	71,3	18,0	8,0	2,7
	11. A violência entre dois adultos é normal e aceitável	89,3	7,9	2,1	,8
	13. A violência entre crianças não passa de brincadeira	52,3	37,2	8,6	1,9
	14. Só conseguimos lidar com a violência se formos violentos também	80,8	12,3	5,7	1,1
	21. A violência não pode ser controlada	79,1	15,7	3,1	2,1
	23. É mais grave uma mulher bater num homem do que um homem bater numa mulher	86,4	7,9	3,1	2,7
	24. É mais grave uma criança bater num adulto do que um adulto bater numa criança	76,2	11,3	8,8	3,6
	25. As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência	93,7	4,2	1,5	,6
	26. As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas	91,4	5,4	1,9	1,3
	28. A violência é um método que tenta resolver um problema	67,6	20,9	9,0	2,5
29. Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres	90,6	6,5	2,1	,8	
Determinantes Individuais	1. Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo	25,7	15,7	29,7	28,9
	2. Quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo de errado	35,1	27,4	22,6	14,9
	5. É porque se confia nas pessoas que estas abusam ou magoam outras	45,8	27,4	18,6	8,2
	6. A violência deve ser uma preocupação somente para quem é violento	69,2	18,4	7,5	5,0
	8. As pessoas violentas são doentes da cabeça e não sabem o que fazem	42,7	26,1	17,2	14,0
	9. O álcool é responsável pela violência das pessoas	18,8	34,1	31,2	15,9
	10. Quem se droga não tem culpa de ser violento	73,4	18,2	5,4	3,1
	15. A violência está ligada a relacionamentos pouco afectivos entre as pessoas	42,9	27,4	23,2	6,5
	16. A violência sobre pessoas é sobretudo cometida por estranhos	60,2	28,2	9,6	2,1
	19. Quando a violência ocorre dentro de casa é dentro de casa que tem que ser resolvida. Ninguém deve meter-se	61,9	22,4	7,9	7,9
20. Só quando a violência ocorre na rua ou noutros sítios públicos devemos meter-nos para acabar com a situação	53,6	24,5	13,6	8,2	
22. As pessoas que são maltratadas e não pedem ajuda é porque não se importam de apanhar	78,9	13,0	4,6	3,4	
Determ. Educativos	4. As pessoas da família (ex: pais) têm direito de bater ou tratar mal	87,0	11,1	1,1	,8
	12. Um adulto (ex: pai, professor) tem direito a magoar uma criança para a educar	84,3	12,5	2,9	,4
	17. Um pai ou uma mãe têm direito a tratar mal o seu filho, porque eles é que mandam em casa	88,5	8,6	2,7	,2
	18. Quem cuida (ex: pais) têm todo o direito de bater	81,4	14,8	3,1	,8
	30. Quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem	47,1	36,8	13,0	3,1
31. As pessoas merecem apanhar para aprenderem	77,2	18,6	3,1	1,1	
Etiol.	3. A violência tem a ver com o querer exercer controlo	32,0	21,8	25,7	20,5
	27. A violência é algo que se aprende	51,1	22,4	21,5	5,0
	32. A violência tem a ver com poder ou desigualdade	54,8	23,0	14,8	7,5

Podemos concluir que para todas as afirmações existem uma grande variedade de resposta que vão desde não concordo (1) e concordo muito (4). No entanto, a maioria dos sujeitos justificam os seus actos violentos em determinantes individuais (a afirmação: “o álcool é o responsável pela violência das Pessoas” tem um nível de concordância de 81.2% e média de 2.44), determinantes socioculturais (a afirmação: “Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo” tem um nível de concordância de 74.3% e média de 2.62) e determinantes etiológicas (a afirmação “A violência tem a ver com o poder exercer controlo” tem um nível de concordância de 67.9% e média de 2.35).

Os sujeitos apresentaram uma maior discordância nas seguintes afirmações: “ As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência” com um nível de discordância de 93.7% e média de 1.09; “ Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres” com um nível de discordância de 90.6% e média de 1.13 e “ As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas “ com um nível de discordância de 91.4% e média de 1.13.

Outra forma de avaliar os resultados dos inquiridos relativamente às 32 afirmações que constituem a escala E.C.C.V., é definindo um “índice de grau de concordância” de cada item através da média dos resultados obtidos na escala de 1 (Não Concordo) a 4 (Concordo Muito) (cf. tabela em anexo).

4.3.2 Análises diferenciais

Através da análise de correlações pretende-se agora comparar a valorização dos diversos factores (socioculturais, individuais, educativos, e etiologia da violência) entre o sexo masculino e feminino. Os resultados obtidos apresentam-se na tabela seguinte:

Tabela 3.

Teste T *Student* para amostras independentes relativos ao total e factores da ECCV em função do género

	Grupos	n	Média	D.P.	t	g.l.	p
Total ECCV	Masculino	272	52.11	11.40	5.136	494.281	0.00***
	Feminino	250	47.66	8.28			
Factor 1 Determ. Socioculturais	Masculino	272	14.91	4.19	5.005	489.295	0.00***
	Feminino	250	13.33	2.97			
Factor 2 Determ. Individuais	Masculino	272	22.96	5.55	3.586	516.227	0.00***
	Feminino	250	21.36	4.68			
Factor 3 Determ. Educativos	Masculino	272	8.21	2.64	5.103	478.898	0.00***
	Feminino	250	7.21	1.79			
Factor 4 Etiologia da violência	Masculino	272	6.03	2.20	1.426	520	0.15
	Feminino	250	5.76	2.04			

*p≤.05 ** p≤.01 *** p≤.001

O Teste *t de Student* foi utilizado para verificar se as diferenças observadas na amostra para a variável género seriam ou não estatisticamente significativas. Pela observação da tabela 3, verifica-se que as diferenças são estatisticamente significativas para $p < .001$ para o total da ECCV, assim como para o Factor 1, Factor 2 e Factor 3. Os resultados mostram assim que há diferenças quanto às crenças sobre a violência entre rapazes e raparigas, revelando que os sujeitos do género masculino, no geral, apresentam mais ideias distorcidas relativamente ao fenómeno da violência interpessoal. Os valores do desvio padrão são também eles maiores no género masculino do que no feminino, o que evidencia igualmente maiores níveis de dispersão dos resultados no ECCV. Relativamente ao Factor 4 as diferenças observadas não são estatisticamente significativas ($p > .05$).

Na tabela 4 compara-se os resultados obtidos nos diversos factores da ECCV (determinantes socioculturais, individuais, educativos, e etiologia da violência) para os diferentes escalões etários.

Tabela 4.

Anova One Way para testar diferença de médias no total e factores da ECCV em função da idade

	Grupos		n	Média	D.P.	F	p	Scheffe
Total ECCV	G1	15 Anos	60	50.13	9.5	3.157	0.014*	G2 > G3
	G2	16 Anos	94	52.61	10.5			
	G3	17 Anos	135	47.86	10			
	G4	18 Anos	134	50.49	10.7			
	G5	19 Anos	99	49.58	9.8			
Factor 1 Determ. Socioculturais	G1	15 Anos	60	13.87	3.8	1.435	0.221	n.s.
	G2	16 Anos	94	14.88	3.9			
	G3	17 Anos	135	13.75	3.6			
	G4	18 Anos	134	14.26	3.9			
	G5	19 Anos	99	14.05	3.4			
Factor 2 Determ. Individuais	G1	15 Anos	60	22.62	4.6	4.553	0.001***	G2 > G3
	G2	16 Anos	94	23.67	5.6			
	G3	17 Anos	135	20.81	5.0			
	G4	18 Anos	134	22.40	5.2			
	G5	19 Anos	99	22.14	5.0			
Factor 3 Determ. Educativos	G1	15 Anos	60	7.68	2.5	0.524	0.718	n.s.
	G2	16 Anos	94	7.94	2.3			
	G3	17 Anos	135	7.51	2.0			
	G4	18 Anos	134	7.77	2.4			
	G5	19 Anos	99	7.81	2.6			
Factor 4 Etiologia da violência	G1	15 Anos	60	5.97	2.3	1.108	0.352	n.s.
	G2	16 Anos	94	6.12	2.0			
	G3	17 Anos	135	5.79	2.1			
	G4	18 Anos	134	6.06	2.2			
	G5	19 Anos	99	5.58	2.0			

*p≤.05 ** p≤.01 *** p≤.001

A análise do quadro 4 revela que existem diferenças estatisticamente significativas para o Factor 2 – Determinantes Individuais ($p \leq .001$) e para o Total ECCV ($p < .05$). Todavia, a ANOVA nada indica sobre qual ou quais os pares de grupos que diferem entre si de forma estatisticamente significativa. Desta forma é necessário utilizar um teste de comparação múltipla para comparar os cinco escalões etários (dois a dois). O teste de *Scheffe* foi o teste de comparação múltipla utilizado. Os resultados obtidos apresentam-se nas tabelas seguintes:

Tabela 5.

Teste de Scheffe segundo o factor idade para o factor 2

	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos
15 anos				
16 anos	0.820			
17 anos	0.274	0.002**		
18 anos	0.999	0.501	0.168	
19 anos	0.988	0.373	0.428	0.997

* $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$

Pela observação da tabela 5. verificamos que a diferença de valorização do Factor 2 é estatisticamente significativa somente entre o grupo de alunos de 16 e 17 anos ($p = 0,002$). O mesmo sucede relativamente ao Total ECCV ($p = 0,018$) em alunos de 16 anos), como se verifica na tabela 6.

Tabela 6.

Teste de Scheffe segundo o factor idade para o total da ECCV

	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos
15 anos				
16 anos	0,706			
17 anos	0,722	0,018*		
18 anos	1,000	0,666	0,344	
19 anos	0,998	0,371	0,804	0,977

* $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$

4.3.3 Discussão dos resultados

Neste capítulo iremos proceder a uma reflexão crítica com base nos resultados anteriormente apresentados, procurando interpretá-los de acordo com os conhecimentos teóricos, baseando-nos na literatura sobre a violência.

Podemos constatar que os resultados obtidos foram de encontro à revisão bibliográfica efectuada, excepto na violência de género. Lemos (2008) defende que a violência de género caracteriza-se pela atribuição do poder somente ao homem e que à mulher é atribuída a obrigação de satisfazer o homem (figura que detenta o poder). Morales (2003) acrescenta que o “homem correcto” é aquele que se baseia no exercício do poder e no uso da força bruta. Schwartz e Dekeseredy (1997) defendem que existe a crença social da desejabilidade do controlo masculino e submissão feminina. Mas no presente estudo as afirmações que se referem a essa diferença tiveram o maior nível de discordância (“As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência” com um nível de discordância de 93.7% e média de 1.09; “ Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres” com um nível de discordância de 90.6% e média de 1.13) contrariando assim as concepções tradicionais relativamente ao género. No entanto 67.9% dos sujeitos concordam que a violência está relacionada com o querer exercer controlo, o que vai de encontro com a literatura, uma vez que Bancroft e Silverman (2002); Levy (1989, citado por Costa & Duarte, 2000; Wolfe, Wekerle e Scott (1996); Coimbra (2007); Lemos (2008) defendem que os comportamentos e atitudes de uma pessoa violenta dizem respeito à imposição de um padrão de um controlo e de domínio sobre a(s) vítima (s).

Canha (2002) defende que na nossa sociedade a crença, nos castigos corporais como método legítimo de educação, ainda se encontra bastante enraizada. Schaffer (1996) defende que o uso da agressividade nas práticas educativas infantis são o reflexo dos valores vigentes numa determinada sociedade, a qual poderá valorizar ou condenar tais práticas. No nosso estudo concluímos que a maioria dos adolescentes condena essas práticas, uma vez que 84.3% dos adolescentes discordaram da afirmação “um adulto (ex.: pai, professor) tem o direito a magoar uma criança para a educar”, no entanto 47.1% dos adolescentes ainda as valorizam, pois concordaram com a afirmação “os pais

batem nos filhos para eles se corrigirem”, logo esta crença ainda necessita de ser trabalhada para se extinguir.

Podemos verificar que muitos dos argumentos legitimadores dos actos violentos derivam de razões de ordem social, cultural, individual e educacional (e.g., “ para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo”, “o álcool é o responsável pela violência das pessoas”, “quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem”, quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo de errado”). Para a maioria dos adolescentes da nossa amostra a violência ocorre quando há um motivo e porque a vítima fez algo de errado, a afirmação “Para uma pessoa magoar outra tem de haver um motivo” teve a concordância de 74,3% da nossa amostra; a afirmação “Quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo de errado” teve a concordância de 64,9% dos sujeitos. No entanto a maioria dos sujeitos que constituíram o nosso estudo também defendem que a violência ocorre quando se confia nas pessoas/agressores, a afirmação “É porque se confia nas pessoas que estas abusam ou magoam outras” teve um nível de concordância de 54,2%.

Heise (1994) e Machado, Matos e Moreira (2003) defendem que a preservação da privacidade familiar é uma das crenças legitimadoras da violência. Neste estudo isso não se verifica, na medida em que 61,9% dos adolescentes discordaram da afirmação “Quando a violência ocorre dentro de casa é dentro de casa que tem que ser resolvida. Ninguém deve meter-se”, ou seja, não consideram que a privacidade familiar justifique a ocultação da violência. No entanto na afirmação “Só quando a violência ocorre na rua ou noutros sítios públicos devemos meter-nos para acabar com a situação” o nível de discordância dos sujeitos diminuiu, só 53,6% dos adolescentes discordaram, o que significa que 46,4% da amostra concordam, logo é uma crença que ainda precisa de ser trabalhada para se diminuir ou extinguir.

Ribeiro e Sani (2008) no seu estudo observaram que a violência era legitimada pela ausência de uma ligação afectiva, o nosso estudo não é excepção, na afirmação “A violência está ligada a relacionamentos pouco afectivos entre as pessoas” 57,1% dos adolescentes concordaram com a afirmação. Segundo Canha (2003) quando numa família existe ausência de afectos, observam-se constantemente actos de recriminação e humilhações verbais, aliados a situações de grande violência e conflito familiar.

Um dos factores que é muitas vezes apontado como causa de comportamentos violentos é o álcool, esta crença é essencialmente proveniente da cultura. Matos, Negreiros, Simões e Gaspar (2009), tal como Serge e seus colaboradores (1999) defendem que o álcool e/ou uso de drogas é um factor de risco de predisposição a comportamentos violentos (Serge et al., 1999, citado por Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). De facto, a crença de que a violência se deve a causas externas e fora do controlo do agressor (e.g. álcool e drogas) (Heise, 1994; Machado, Matos & Moreira, 2003) ainda se encontra muito enraizada na nossa sociedade. Os resultados do nosso estudo comprovam tais factos no que se refere ao álcool, relativamente à droga a grande maioria dos sujeitos (73.4%) discordaram da afirmação “quem se droga não tem culpa de ser violento”.

Neste estudo foi possível concluir que os adolescentes adoptam menos os justificativos de ordem sociocultural e etiológico, uma vez que discordaram da maioria dos itens que constituíam esses factores. Para estes adolescentes a diferença entre as pessoas não influencia na exibição de condutas violentas e a violência não é um comportamento que pode ser aprendido. Esta ideia de que as diferenças entre as pessoas não influencia os comportamentos violentos contradiz a revisão bibliográfica, pois, Gleitman, Fridlund & Reisberg (2003) e Silva, Rodrigues, Carvalho e Lourenço (2005) defendem que o sujeito influencia e é influenciado, formulando as suas crenças em função do que os outros dizem, pensam e escrevem. O sujeito acredita que os outros vêem ouvem e sentem a realidade da mesma forma que ele, ou pelo menos de um modo semelhante (Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003). Os adolescentes deste estudo ficaram muito divididos com a ideia de que a violência é algo que se aprende, ou seja 51% discordaram da ideia e 49% concordaram. Esta ideia não é corroborada por Costa (1986) que defende que “a violência nasce da agressividade, da inclinação instintiva do homem para matar ou fazer sofrer os seus semelhantes” (p.24), infelizmente ainda existe a ideia de que a violência é instintiva, inata e que essa é a natureza do “homem”, logo subentende-se que o mesmo não tem culpa de ser violento, pois não pode escolher a sua natureza uma vez que a mesma já nasce com ele e por Jares (2002) que acrescenta que a violência constitui instintos herdados geneticamente, novamente o indivíduo é desresponsabilizado do seu carácter violento, a culpa é dos genes que se herda dos pais e não da pessoa que opta pela violência em vez do discurso amigável. Se assim fosse filhos de pais violentos seriam também eles violentos sem terem opção de escolha e

transmitiriam isso de geração em geração, não nos restava assim, muita esperança em eliminar ou diminuir o índice de violência. Esta ideia de que a Violência é algo que se aprende ainda tem que ser muito debatida e divulgada pois ainda temos 51% de adolescentes a discordarem.

Os adolescentes deste estudo estão muito longe de considerarem que o comportamento do indivíduo sofre constantes influências do ambiente que os rodeia, especialmente pelos membros da sua família, através de mecanismos de observação, reforço, modelagem ou coacção. Logo, esperemos que os adolescentes não tenham modelos de agressividade em casa, pois se tal acontecer tenderão a mostrar um maior número de atitudes agressivas para com os outros (Bandura, 1982). A escolha dos pares é muito influenciada pelo sistema de crenças do próprio adolescente, logo se o adolescente for oriundo de famílias agressivas, tende a seleccionar os pares que aceitem e aprovelem o uso da violência (Levandosky, HuthBack & Semel 2002, citado por Vidal, 2008), o que vem dificultar a alteração das crenças erróneas e a diminuição da violência.

No estudo de Ribeiro e Sani (2008) apesar de os rapazes apresentarem uma maior aceitação das determinantes socioculturais, não se observaram diferenças significativas de acordo com o género, o mesmo não acontece no nosso estudo, no qual foi possível evidenciar nesta amostra de 522 sujeitos que as determinantes socioculturais, determinantes individuais e as determinantes educativas são valorizadas de forma diferente pelo sexo masculino e feminino, revelando que os rapazes no geral, apresentam crenças mais erróneas/ideias distorcidas relativamente ao fenómeno da violência interpessoal, com excepção da etiologia da violência, na qual não foram evidenciadas diferenças estatisticamente significativas. Segundo Schwartz e Dekeseredy (1997) durante o período da adolescência tanto os rapazes como as raparigas experimentam na prática e intensificam as suas expectativas de género, as quais se encontram arreigadas por crenças tradicionais acerca da desejabilidade de controlo masculino e submissão feminina. Caridade, Machado e Vaz (2007) defende que o género influencia as crenças relativamente ao que representa abuso.

De acordo com a idade observaram-se diferenças estatisticamente significativas para os determinantes individuais e para o total do ECCV entre o grupo de alunos de 16 e 17 anos, porém não nos foi possível fundamentar esta diferença com base na literatura, uma vez que o grupo etário é muito semelhante.

5. Conclusão

O presente trabalho permitiu concluir, de acordo com os objectivos estipulados, que:

a) As crenças que obtiveram um maior nível de concordância foram: em 81.2% dos casos, a de que “o álcool é o responsável pela violência das pessoas” (crença de acordo com determinantes individuais); em 74.3% dos casos a de que “para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo” (crença de acordo com determinantes socioculturais); e em 67.9% dos casos a de que “a violência tem a ver com o poder exercer controlo” (crença de acordo com determinantes etiológicos).

b) As crenças que obtiveram um maior nível de discordância tiveram todas argumentos socioculturais e são as seguintes: “as mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência” com um nível de discordância de 93.7%; “os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres” com um nível de discordância de 90.6% e “As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas” com um nível de discordância de 91.4%.

c) As determinantes socioculturais, determinantes individuais e os determinantes educativos são valorizados de forma diferente pelo sexo masculino e feminino. O género masculino apresenta crenças mais erróneas relativamente à violência interpessoal. Relativamente à etiologia não foram observadas diferenças estatisticamente significativas.

d) As análises efectuadas para verificar se existiriam diferenças etárias nos quatro factores/ determinantes (socioculturais, individuais, educativos e etiológicos) só revelaram resultados estatisticamente significativos para as determinantes individuais e para o total de ECCV entre o grupo de alunos de 16 e 17 anos.

Apesar dos resultados obtidos, este estudo não esteve isento de limitações, as quais serão apresentadas com intuito de poder ajudar em estudos posteriores. Uma das limitações deste estudo foi as autorizações institucionais, pois demorou alguns meses para obtermos resposta de algumas entidades. Existiram algumas dificuldades na recolha dos dados, na medida em que o tempo disponível foi condicionado pelo período de férias, pelas actividades lectivas especiais, pela disponibilidade da escola e dos docentes, originando assim um retardamento na obtenção dos resultados da amostra.

Os resultados deste estudo poderão contribuir e apoiar a realização de debates e programas de prevenção da violência que incluam as crenças errôneas, de modo a atenuar a violência interpessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAM, M. (1999). Sexual abuse in South Asian immigrant marriages. *Violence Against Women*, 5, 591-619.
- ADRADOS, I. (1980). *Orientação Infantil*. Petrópolis: Editora Vozes.
- AGRA, C., Quintas, J. & Fonseca, E. (2000). Dimensões da criminalidade no Porto – Parte II. *Olhares Seguros*, 2, 13-15.
- AJURIAGUERRA, J. (s/d). *Manual de Psiquiatria Infantil* (2.^a ed.). Rio de Janeiro: Editora Masson (Trabalho original em francês).
- ALAMÉDA, A. (1998). *Os sete pecados da família*. Porto: Ambar.
- ALDRIGHI, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo - Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6(1), 105-120.
- ALEXANDER, R. (1993). Wife-battering. An Australian Perspective. *Journal of Family Violence*, 8(3), 229-251.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (2002). *DSM-IV: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. (4^aed.). Lisboa: Climepsi.
- AMORETTI, R. (1992). Bases para leitura da violência. In: Amoretti, R. (Org.). *Psicanálise e Violência*. (pp. 36-46). Petrópolis: Editora Vozes.
- ANDERSON, C. A. & Bushman, B. J. (2002). Human aggression. *Annual Review of Psychology*, 53, 27-51.
- ANTIER, E. (2006). *Agressividade*. Cascais: Editora Pergaminho.
- ASSIS, S. G., Avanci, J. Q., Santos, N. C., Malaquias, J. V. & Oliveira, R. V. C. (2004). Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 16(1), 43-51.
- AVANCI, J., Assis, S., Santos, N. & Oliveira, R. (2005). Escala de violência psicológica contra adolescentes. *Revista Saúde Pública*, 39(5), 702-705.
- BALDRY, A. C. (2007). “It’s does affect me”. Disruptive behaviors in preadolescents directly and indirectly abused at home. *European Psychologist*, 12(1), 29-35.

- BALIER, C. (1993). *Psychanalyse des comportements violents*. Paris: PUF.
- BANCROFT, L. & Silverman, J. G. (2002). *The Batterer as Parent – Addressing the Impact of Domestic Violence on Family Dynamics*. USA: Sage Publications.
- BANDURA, A. (1982). *Teoría del Aprendizaje Social*. Madrid: Espasa-Calpe, S.A.
- BARREIROS, S. F. (2009). *Diferenças de género nas percepções dos jovens acerca do uso da violência no namoro*. Tese de Mestrado não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- BARROSO, Z. (2007). *Violência nas relações amorosas: uma análise sociológica dos casos detectados nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto*. Lisboa: Edições Colibri.
- BERGEN, R. K. (1996). *Wife rape: Understanding the response of survivors and services providers*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- BERGEN, R. K. (1999). *Marital rape*. Saint Joseph's University. Department of Sociology: Violence Against Women Online Resources (www.vaw.umn.edu).
- BERTÃO, A. (2004). Violência, agressividade e indisciplina em meio escolar: Perdidos em busca do amor. *Psychologica*, 36, 149-162.
- BLAKEMORE, S.-J. & Frith, U. (2009). *O Cérebro que Aprende – Lições para a educação* (1.^a ed.). Lisboa: Gradiva (Trabalho original em inglês publicado em 2005).
- BRAGHINI, L. (2000). *Cenas repetitivas de violência doméstica*. São Paulo: Unicamp.
- CANHA, J. (2002). A Criança vítima de violência. In: Machado, C. & Gonçalves, R. A. (Coord.). *Violência e Vítimas de Crime*, vol.2 – Crianças. (pp.13-36). Coimbra: Quarteto Editora.
- CANHA, J. (2003). *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação, estudo prospetivo de 5 anos*. Coimbra: Quarteto Editora.
- CARIDADE, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4(24), 485-493.
- CARIDADE, S., Machado, C. & Vaz, F. (2007). Violência no namoro: Estudo exploratório com jovens estudantes. *Psychologica*, 46, 197-214.

- CARLSON, B. E. (1999). Student judgments about dating violence: a factorial vignette analysis. *Research in Higher Education*, 40, 201-218.
- CLIFT, E. (1997). Response to interpersonal communication and rape: Women acknowledge their assaults. *Journal of Health Communication*, 2, 126-128.
- CLIMENE, L. C. & Buralli, K. O. (1998). *Violência familiar contra crianças e adolescentes*. Salvador: Ultragraph.
- COIMBRA, A. (2007). *Crônicas de mortes anunciadas. Violência doméstica, imprensa e questões do gênero em articulação com a educação da cidadania*. Tese de Mestrado não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- COSTA, J. F. (1996). *Violência e Psicanálise* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- COSTA, M.E. & Duarte, C. (2000). *Violência Familiar*. Porto: Ambar.
- DADOUN, R. (1998). *A Violência. Ensaio sobre o «Homo violens»*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- DIAS, I. (2004). *Violência na Família – Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- DOBASH, R. E. & Dobash, R. P. (1992). *Women, violence & social change*. New York. Routledge.
- DOMENACH, J. M. (1981). La violencia. In : UNESCO (Org.). *La violencia y sus causas*. (pp. 33-45). Paris: UNESCO.
- DUARTE, C. (2005). *Percepções de Conflito e Violência Conjugal*. Tese de Doutoramento não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- EISENSTEIN, E. & Sousa, R. P. (1993). *Situações de Risco à Saúde de Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- ELLINGTON & Marshall (1997). Gender role perceptions of woman in abusive relationships. *Sex Roles*, 36(5/6), 349-369.
- EMERY, R. (1989). Family violence. *America Psychologist*, 44, 321-328.

- FACHINI, N. (1992). Enfoque psicanalítico da violência social. *In: Amoretti, R. (Org.). Psicanálise e Violência.* (pp.47-61). Petrópolis: Editora Vozes.
- FARR, R. M. (1986). Las representaciones sociales. *In: Moscovici, S. (Ed.). Psicología social II: pensamiento y vida social, psicología social y problemas.* (pp.469-494). Barcelona: Paidós.
- FARRINGTON, D. P. (2000). A predição da violência no adulto: Violência documentada em registos oficiais e violência referida pelo próprio indivíduo. *Psychologica, 24*, 55-76.
- FELDMAN, P. M. (1979). *Comportamento criminoso: uma análise psicológica.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FERREIRA, F. (2002). *Dicionário de Casamento/Divórcio & Temas Adjacentes.* Porto: Campo das Letras.
- FINKELHOR, D. & Yllö, K. (1985). *Licence to rape: Sexual abuse of wife.* New York: Holt, Rhinehart & Winston. Recuperado em 2009, Setembro 13, de www.mastermind1.com/cvdocumentation/familyviolence.html.
- FISCHER, G. (1994). *A Dinâmica Social: violência, poder, mudança.* Lisboa: Planeta ISPA.
- FONTINHA, A. (1996). Violência Familiar. *Resumos das intervenções da XV Reunião Médico-Legal de Portugal, Idanha-a-Nova.*
- GALEGO, C. (2004). Violências nas escolas: Representação social dos mass media. *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia.* Recuperado em 2009, Setembro 13, de http://www.aps.pt/cmfdocs_prv/docs/DPR4628bc0b8d9c4_1.pdf.
- GLASS, N., Fredland, N., Campbell, J., Yonas, M., Sharps, P. & Kub, J. (2003). Adolescent dating violence: prevalence, risk factors, health outcomes, and implications for clinical practice. *Journal of Obstetric, Gynecologic & Neonatal Nursing, 32*(2), 227-238.
- GLEITMAN, H., Fridlund & A.J., Reisberg, D. (2003). *Psicologia* (6.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Trabalho original em inglês publicado em 1981).

- GRAHAM-BERMANN, S. A. (1998). The impact of woman abuse on children's social development: research and theoretical perspective. In Holden, G. W., Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applies issues*. (pp. 21-54). Washington, DC: American Psychological Association.
- GRYCH, J. H. (1998). Children's appraisals of interparental conflict: situational and contextual influences. *Journal of Family Psychology*, 12(3), 437-453.
- GUERRA, N. G., Huesmann, L. R., Tolan, P. H., Arker, R. V. & Eron, L. D. (1995). Stressful events and individual beliefs as correlates of economic disadvantage and aggression among urban children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63, 518-528.
- GUERRA, V. N. A. (1998). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez.
- GUIMARÃES, S. P. & Campos, P. (2007). Norma Social Violenta: Um estudo da representação social da violência em adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), 188-196.
- HADI, A. (2000). Prevalence and correlates of the risk of marital sexual violence in Bangladesh. *Journal of Interpersonal Violence*, 15, 787-806.
- HALL, G. C. N. & Barongan, C. (1997). Prevention of sexual aggression: Sociocultural risk and protective factors. *America Psychologist*, 52, 5-14.
- HARRISON, J. & Jasinski, J. (2005). Commitment and Acceptance of Relationship Violence. *Undergraduate Research Journal*, 1, 1-11.
- HEISE, L. (1994). Gender-based abuse: the global epidemic. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1), 135-145.
- HOUAISS, A. & Villar, M. (2003). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628bc0b8d9c4_1.pdf.
- HYDÉN, M. (1995). Verbal aggression as prehistory of women battering. *Journal of Family Violence*, 10, 55-71.

- JACKSON, S. M., Cram, F. & Seymour, F. (2002). Violence and sexual coercion in high school students dating relationships. *Journal of Family Violence, 15*, 23-36.
- JARES, X. R. (2002). *Educação e conflito: guia de educação para a convivência*. Porto: Edições Asa.
- JEAMMET, P. (1985). *La dépression chez l'adolescent. Traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent*. Paris: PUF.
- JENKINS, S. & Aubé, J. (2002). Gender differences and gender related constructs in dating aggression. *Personality and Social Psychology Bulletin, 28*(8), 1106-1118.
- JODELET, D. (1986). La representación social: fenómeno, concepto y teoría. In: Moscovici, S. (Ed.). *Psicología social II: pensamiento y vida social, psicología social y problemas*. (pp.469-494). Barcelona: Paidós.
- JODELET, D. (1989). Représentations Sociales : un domaine en expansion. In : Jodelet, D. (Org.). *Les Représentations Sociales*. (pp. 31-62). Paris: PUF.
- JOHNSON, S. B., Frattaroli, S., Campbell, J. Wright, J., Pearson-Fields, A. S. & Cheng, T. L. (2005). "I Know What Love Means". Gender-Based Violence in the Lives of Urban Adolescents. *Journal of Women's Health, 14*(2), 172-179.
- KINSFOGEL, K. M. & Grych, J. H. (2004). Interparental Conflict and Adolescent Dating Relationships: Integrating Cognitive, Emotional and Peer Influences. *Journal of Family Psychology, 18*(3), 505-515.
- KRÜGER, H. R. (1986). *Introdução à Psicologia Social* (1ª ed.). São Paulo: Editora EPU.
- LAVOIE, F., Robitaille, L. & Hébert, M. (2000). Teen dating relationships and aggression. *Violence Against Women, 6*, 6-36.
- LEMOS, A. M. (2008). *Por uma escola que previne: Uma abordagem e reflexão de um projecto educativo de prevenção da violência de género nas escolas*. Dissertação de Mestrado não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- LLOYD, S. A. (1999). The Interpersonal and Communication Dynamics of Wife Battering. *In: Arriaga, X. B. & Oskamp, S. (Eds.), Violence in intimate relationships.* (pp. 91-111). United States: Sage Publications.
- LORENZ, K. (1974). *A Agressão*. Lisboa: Moraes Editores.
- LOURENÇO, N. & Lisboa, M. (1992). *Representações da violência: percepção social do grau, da frequência, das causas e das medidas para diminuir a violência em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- MACHADO, C. & Gonçalves, R. (2003). Vitimologia e Criminologia. *In: Machado, C. & Gonçalves, R. A. (Coord.). Violência e Vítimas de Crime*, vol. 1 – Adultos. (pp. 7-9). Coimbra: Quarteto Editora.
- MACHADO, C. (2005). Violência nas famílias portuguesas: um estudo representativo na região Norte. *Psychologica*, 40, 173-194.
- MACHADO, C., Matos, M. & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- MAHONEY, P. & Williams, L. M. (1998). Sexual assault in marriage: Prevalence, consequences and treatment of wife rape. *In: Jasinski, J. L. & Williams, L. M. (Eds.), Partner violence: A comprehensive review of 20 years of research.* (pp.113-284). Thousand Oaks: Sage Publications.
- MAHONEY, P. (2000). The wife rape fact sheet. *National violence against women prevention research center*. Wellesley Centers for Women (<http://www.nvaw.org/research/wiferape.shtml>).
- MARCELLI, D. & Braconnier, A. (2005). *Adolescência e psicopatologia* (1.^a ed.). Lisboa: Climepsi Editores (Trabalho original em francês publicado em 1983).
- MARCELLI, D. (2005). *Infância e psicopatologia* (1.^a ed.). Lisboa: Climepsi Editores (Trabalho original em inglês publicado em 1999).
- MARGOLIN, G. & Gordis, E. B. (2000). The effects of family and community violence on children. *Annual Review of Psychology*, 51, 445-479.
- MARGOLIN, G. (1998). Effects of Domestic Violence on Children. *In: Trickett, P. K. & Schellenbach, C. J. (Eds.), Violence against children in the family and community.* (pp.57-101). Washington: American Psychological Association.

- MATOS, A. (2006). *Televisão e Violência – (para) Novas Formas de Olhar*. Lisboa: Edições Almedina.
- MATOS, M. G., Gonçalves, A. & Gaspar, T. (2005). *Aventura Social e risco, prevenção do VIH numa comunidade migrante*. Lisboa: CMDT/Edições IHMT.
- MATOS, M., Machado, C., Caridade, S. & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(1), 55-75.
- MATOS, M., Negreiros, J., Simões, C. & Gaspar, T. (2009). *Violência, Bullying e Delinquência* (1.ª ed.). Lisboa: Coisas de Ler Edições.
- MENDES, F. (2006). *Percursos da violência. Da família de origem à conjugalidade: um estudo com jovens adultos a frequentarem o ensino superior*. Tese de Mestrado não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- MICHAUD, Y. (1982). *A violência*. São Paulo: Editora Ática.
- MONSON, C. M., Langhinrichsen-Rohling, J. & Binderup, T. (2000). Does “no” really mean “no” after you say “yes”? Attributions about date and marital rape. *Journal of Interpersonal Violence*, 15, 1156-1175.
- MORALES, H. G. (2003). *Educar para previr a violencia de xénero: guía para o professorado de educación infantil e primaria* (1.ª ed.). Santiago de Compostela: Servicio Galego de Igualdade.
- MOSCOVICI, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- MOSCOVICI, S. (2003). *Representações Sociais. Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- O’KEEFE, M. (1997). Predictors of dating violence among high school students. *Journal of Interpersonal Violence*, 12, 546-568.
- O’KEEFE, M. (1998). Factors Mediating the Link Between Witnessing Interparental Violence and Dating Violence. *Journal of Violence*, 13(1), 39-57.
- ODÁLIA, N. (1985). *O que é violência*. São Paulo: Editora Brasiliense.

- OLIVEIRA, A. & Manita, C. (2003). Prostituição, violência e vitimação. *In: Machado, C. & Gonçalves, R. A. (Coord.). Violência e Vítimas de Crime*, vol. 1 – Adultos. (pp. 213-239). Coimbra: Quarteto Editora.
- OUTEIRAL, J. & Cerezer, C. (2003). *O Mal-Estar na Escola*. Rio de Janeiro: Revinter.
- PELED, E. & Davis, D. (1995). *Groupwork with children Of Battered Women. A practioner's Guide*. Califórnia: Sage Publications.
- PELTON, L. (1980). Child abuse and neglect: the myth of classlessness. *In: Cook, J. V. & Bowles, R. T. (Eds.). Child Abuse and Neglect Comission and Omission*. Toronto: Butterworth and Company Limited.
- PEPLER, D. J., Catallo, R. & Moore, T. E. (2000). Consider the Children: research informing interventions for children exposed to domestic violence. *In: Geffner, R. A., Jaffe, P. G. & Sudermann, M. (Eds.), Children Exposed to Domestic Violence: Current Issues in Research, Intervention, Prevention and policy Development*. (pp.35-57). USA: The Haworth press, Inc.
- PEREIRA, A., Matos, M. & Machado, C. (2006). Violência sexual na conjugalidade: Um estudo exploratório sobre as narrativas da vítima. *Psychologica*, 41, 119-150.
- PERES, E. L. (2008). Da violência estrutural à violência doméstica contra crianças e adolescentes: aspectos conceituais. *In: Silva, P.V.B., Lopes, J. E. & Carvalho, A. (Org.). Por uma escola que protege: A educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes*.(pp. 111-124). Paraná: Editora UEPG.
- PICHON-RIVIÈRE, E. & Quiroga, A. P. (1998). *Psicologia da vida cotidiana*. São Paulo: Martins Fontes.
- PORTO, M. S. G. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 16, 250-273.
- PRICE, E., Byers, E. & Dating violence research team (1999). The attitudes towards dating violence scales: Development and initial validation. *Journal of Family Violence*, 4, 387-415.
- RAMIREZ, F.C. (2001). *Condutas Agressivas na Idade Escolar*. Amadora: McGraw-Hill.

- REITZEL-JAFFE, D. & Wolfe, D. A. (2001). Predictors of relationship abuse among young men. *Journal of Interpersonal Violence*, 16, 99-115.
- RIBEIRO, M.C.O. & Sani, A.I. (2008). *As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal*. Recuperado em 2009, Setembro 13, de <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/909/3/176-186.pdf>
- ROCHA, C. R. M., Tassiano, C. M. L. M. & Santana, J. S. S. (2001). Acompanhamento dos adolescentes na família. In: Associação Brasileira de Enfermagem. *Adolescer: compreender, actuar, acolher*. (pp. 38-44). Brasília: A.B.E.
- ROSCOE, B. & Callahan, J. (1985). Adolescent's Self-Report of Violence in Families and Dating Relation. *Adolescence*, 20(79), 545-553.
- ROSSMAN, B. B., Hughes, H. M. & Rosenberg, M. S. (1999). *Children and interparental violence: The impact of exposure*. USA: Taylor & Francis.
- SÁ, A. (1999). Algumas Questões Polémicas Relativas à Psicologia da Violência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(2), 53-63.
- SANI, A. I. (2002). *As Crianças e a Violência. Narrativas de Crianças Vítimas e Testemunhas de Crimes*. Coimbra: Quarteto Editora.
- SANI, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho. Braga.
- SANI, A. I. (2006). As variáveis mediadoras do impacto na criança da exposição à violência interparental. *Psicologia: Teoria, investigação e prática* 11 (2), 111-133.
- SANI, A. I. (2006). Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV). In C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Org.), *Actas XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: formas e contextos*. (pp. 917-926). Braga: Psiquilibrios.
- SANI, A. I. (2007). Violence in society and social responsibility. In T. Toldy, C. Ramos & S. Lira (Orgs), *Actas do Cidadania(s) – Congresso Internacional sobre Discursos e Práticas* (pp. 69-72) Porto: Universidade Fernando Pessoa

- SANTOS, P. S. (1996). Violência Familiar. *Resumos das intervenções da XV Reunião Médico-Legal de Portugal*, Idanha-a-Nova.
- SANTOS, S. M. A. P. R. (2000). *Representações sociais da violência sobre as crianças*. Tese de Mestrado não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- SCHAFFER, H. R. (1996). *Desenvolvimento Social da Criança*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SCHARFETTER, C. (2005). *Introdução à psicopatologia geral* (3.^a ed.). Lisboa: Climepsi Editores (Trabalho original em alemão publicado em 2002).
- SCHWARTZ, M. & Dekeseredy, W. S. (1997). *Sexual assault on the college campus. The role of male peer support*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- SEBASTIÃO, J., Campos, J., Alves, M. G. & Amaral, P. (2004). *Escola e Violência: Conceitos, Políticas, Quotidianos*. Relatório de pesquisa. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- SEGAL, L. (1990). Explaining male violence. In: Muncie, J., McLaughlin, E. & Langa, M. (Eds.). *Criminological perspectives. A reader*. (pp. 187-202). London: Sage.
- SILVA, G. R., Rodrigues, T. P., Diego, P. C. & Lourenço, L. M. (2005). Um estudo das crenças no que concerne à utilização de armas de fogo enquanto causa da violência/agressividade. Recuperado em 2009, Setembro 13, de <http://www.virtu.ufjf.br/primeira.htm>.
- SILVA, P. V. B., Lopes, J. E. & Carvalho, A. (2008). *Por uma escola que proteja. A educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes*. Paraná: Editora UEPG.
- SPRINTHALL, N. A. & Collins, A. (2003). *Psicologia do Adolescente: uma abordagem desenvolvimentalista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- STRAUS, M. A. & Sweet, S. (1992). Verbal/symbolic aggression in couples: Incidence rates and relationships to personal characteristics. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 346-357.
- STRAUS, M. A., Gelles, R. J. & Steinmetz, S. K. (1980). *Behind closed doors: Violence in the American family*. New York: Doubleday/Anchor.

- STRAUS, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S. & Sugarman, D. B. (1996). The Revised Conflicts Tactics Scale (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17, 283-316.
- STRECHT, P. (2002). *Crescer Vazio: Repercussões Psíquicas do Abandono, Negligência e Maus Tratos em Crianças e Adolescentes* (4.^a ed.). Lisboa: Assírio & Alvim.
- SUÁREZ, L. M. A., Correa, J. A. G., Ríos, A. A. L., Ríos, A. R., Vélez, J. I. Q., Echeverri, T. A., Molina, B. A. V. & Castañeda, G. E. (2007). Representaciones sociales: otra perspectiva de estudio de la violencia. *Revista Colombiana de Psiquiatría*, 36(2), 224-236.
- SUGARMAN, D. B. & Hotaling, G. T. (1991). Dating violence: prevalence, context and risk markers. *Journal of Family Violence*, 6, 97-114.
- TREMBLEY, R. E., Mâsse, L. C., Pagani, L. & Vitaro, F. (2004). From childhood physical aggression to adolescent maladjustment: The Montreal prevention experiment. In: Peters, R. DeV. & McMahon, R. J. (Ed.). *Preventing childhood disorders, substance abuse, and delinquency*. (pp.268-298). London: Sage Publications.
- TRUMAN, D. M., Tokar, D. M. & Fisher, A. R. (1996). Dimensions of masculinity: relations to date rape supportive attitudes and sexual aggression in dating situations. *Journal of Counselling and Development*, 74, 555-562.
- TYRODE, Y. & Bourcet, S. (2002). *Os Adolescentes Violentos* (1.^a ed.). Lisboa: Climepsi Editores (Trabalho original em francês publicado em 2000).
- VALA, J. (1981). Grupos sociais e representação social da violência. *Psicologia*, 2(4), 329-342.
- VALE, D. & Costa, M. E. (1994). A violência nos jovens contextualizada nas escolas. *Inovações*, 7, 255-288.
- VIDAL, M. C. A. (2008). *Percepções de jovens acerca do uso da violência em relações de namoro: estudo exploratório*. Tese de Mestrado não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- WASELFISZ, J. (2002). *Mapa da Violência III. Os Jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania*. Brasília: UNESCO.
- WHO (2002). *World report on violence and health*. Geneve: World Health Organization.
- WOLF, D. A., Werkerle, C. & Scott, K. (1996). *Alternatives to violence: Empowering youth to develop healthy relationships*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- XAVIER, C. S. F. (2008). *Do Silêncio à Raiva! Relação entre a exposição à violência interparental e a manifestação de comportamento anti-social*. Tese de Mestrado não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Anexos

Índice de grau de concordância para os itens da ECCV

Escala de Crenças da Criança sobre a Violência		Média	D.P.
Determinantes Socioculturais	7. Só controla a violência quem a exerce, os outros nada podem fazer	1,42	,753
	11. A violência entre dois adultos é normal e aceitável	1,14	,460
	13. A violência entre crianças não passa de brincadeira	1,60	,727
	14. Só conseguimos lidar com a violência se formos violentos também	1,27	,619
	21. A violência não pode ser controlada	1,28	,625
	23. É mais grave uma mulher bater num homem do que um homem bater numa mulher	1,22	,628
	24. É mais grave uma criança bater num adulto do que um adulto bater numa criança	1,40	,797
	25. As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência	1,09	,384
	26. As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas	1,13	,484
Determinantes Individuais	28. A violência é um método que tenta resolver um problema	1,46	,761
	29. Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres	1,13	,449
	1. Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo	2,62	1,153
	2. Quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo de errado	2,17	1,071
	5. É porque se confia nas pessoas que estas abusam ou magoam outras	1,89	,982
	6. A violência deve ser uma preocupação somente para quem é violento	1,48	,836
	8. As pessoas violentas são doentes da cabeça e não sabem o que fazem	2,02	1,077
	9. O álcool é responsável pela violência das pessoas	2,44	,971
	10. Quem se droga não tem culpa de ser violento	1,38	,727
	15. A violência está ligada a relacionamentos pouco afectivos entre as pessoas	1,93	,958
	16. A violência sobre pessoas é sobretudo cometida por estranhos	1,54	,754
	19. Quando a violência ocorre dentro de casa é dentro de casa que tem que ser resolvida. Ninguém deve meter-se	1,62	,931
Determ. Educativos	20. Só quando a violência ocorre na rua ou noutros sítios públicos devemos meter-nos para acabar com a situação	1,76	,974
	22. As pessoas que são maltratadas e não pedem ajuda é porque não se importam de apanhar	1,33	,721
	4. As pessoas da família (ex: pais) têm direito de bater ou tratar mal	1,16	,449
	12. Um adulto (ex: pai, professor) tem direito a magoar uma criança para a educar	1,19	,487
	17. Um pai ou uma mãe têm direito a tratar mal o seu filho, porque eles é que mandam em casa	1,15	,436
	18. Quem cuida (ex: pais) têm todo o direito de bater	1,23	,535
Etiol.	30. Quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem	1,72	,804
	31. As pessoas merecem apanhar para aprenderem	1,28	,577
	3. A violência tem a ver com o querer exercer controlo	2,35	1,131
	27. A violência é algo que se aprende	1,80	,942
	32. A violência tem a ver com poder ou desigualdade	1,75	,966

Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (E.C.C.V)

SANI, A. (2003)

INSTRUÇÕES: Primeiro, pedia-te que preenchesses o quadro com os teus dados pessoais, do qual não consta o nome, o que significa que estás a preencher um documento anónimo.

Data Nascimento: ___/___/___	Idade: ___anos	Sexo: ___ F ___	Ano e Turma: _____
Profissão do pai: _____		Profissão da mãe: _____	

A seguir está uma lista de pensamentos que algumas crianças e jovens dizem ter sobre situações de violência, isto é, aquelas situações em que existe uma ou mais pessoas que tratam mal alguém ou magoam outras pessoas. Lê cada frase com atenção e faz um círculo à volta do número que na tua opinião melhor descreve aquilo em que acreditas. Não existem respostas certas ou erradas, porque cada pessoa pensa de maneira diferente das outras. Tenta responder a todas as questões, optando só por uma das hipóteses que te apresentamos.

1	2	3	4
Não Concordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo muito

LÊ ATENTAMENTE CADA UMA DAS FRASES

- | | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1. Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2. Quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo errado. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 3. A violência tem a ver com o querer exercer controlo | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 4. As pessoas da família (ex: pais) têm direito de bater ou tratar mal. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5. É porque se confia nas pessoas que estas abusam ou magoam outras. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 6. A violência deve ser uma preocupação somente para quem é violento. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 7. Só controla a violência quem a exerce, os outros nada podem fazer. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 8. As pessoas violentas são doentes da cabeça e não sabem o que fazem. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 9. O álcool é responsável pela violência das pessoas. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 10. Quem se droga não tem culpa de ser violento. | 1 | 2 | 3 | 4 |

- | | | | | |
|--|---|---|---|---|
| 11. A violência entre dois adultos é normal e aceitável. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 12. Um adulto (ex: pai, professor) tem direito a magoar uma criança para a educar. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 13. A violência entre crianças não passa de brincadeira. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 14. Só conseguimos lidar com a violência se formos violentos também. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 15. A violência está ligada a relacionamentos pouco afectivos entre as pessoas. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 16. A violência sobre as pessoas é sobretudo cometida por estranhos. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 17. Um pai ou uma mãe têm direito a tratar mal o seu filho, porque eles é que mandam em casa. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 18. Quem cuida (ex: pais) têm todo o direito de bater. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 19. Quando a violência ocorre em casa é dentro de casa que tem que ser resolvida. Ninguém deve meter-se. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 20. Só quando a violência ocorre na rua ou noutros sítios públicos devemos metermo-nos para acabar com a situação. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 21. A violência não pode ser controlada. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 22. As pessoas que são maltratadas e não pedem ajuda é porque não se importam de apanhar. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 23. É mais grave uma mulher bater num homem do que um homem bater numa mulher. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 24. É mais grave uma criança bater num adulto do que um adulto bater numa criança. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 25. As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 26. As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 27. A violência é algo que se aprende. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 28. A violência é um método para tentar resolver um problema. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 29. Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 30. Quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 31. As pessoas merecem apanhar para aprenderem. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 32. A violência tem a ver com poder ou desigualdade | 1 | 2 | 3 | 4 |

OBRIGADA

